PORTUGAL DEMOCRATICO

REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, SALA 2 — ANO V — N.o 55 — SÃO PAULO, DEZEMBRO DE 1961 — CAIXA POSTAL N.o 4.469

«ELEIÇÕES» FRUSTRADAS

DICTATOR SALAZAR
Secret police were worming.

TIME, NOVEMBER 17, 1961

"Portugal, in election week, was like a nation under siege — and in a sense it was" (TIME, Nov. 17, 1961).
"Portugal, na semana das eleições parecia uma nação em estado de sitio — e, em certo sentido, estava."

Em seu numero de 17 de Novembro, comentando as eleições realizadas em Portugal, a revista norte-americana, "Time" publica esta fotografia e diz que, "elas pareciam ter sido feitas em estado de sitio". Não só pareciam, como, na realidade o foram, dizemos nós. Na pagina seguinte deste jornal, os leitores verão por que.

Dentro da chamada "liberdade suficiente" — censura prévia, prisão para os mais recalcitrantes, proibição de comicios, manobras militares intimidatórias, etc. a ditadura salazarista promoveu "eleições".

Os seus objetivos evidentes eram dois: Um, para inglês ver, destinado a dar uma justificação aos governos que, dizendo-se democratas, teimam em apoiar Salazar; outro, para uso interno, tentando obrigar a oposição a definir-se favoravelmente à guerra colonial em Angola e à restante politica colonial fascista, apelidando antecipadamente de traidores e prendendo mesmo aqueles que não o fizessem ou simplesmente se calassem.

De um lado a guerra e a repressão e do outro a propaganda e a coação encontraram pela frente, primeiro, a condenação, pela passividade, dum povo cada vez mais divorciado da ditadura, e, logo em seguida, a resistência mais ou menos franca — deserções, protestos contra impostos e contra as ajudas "voluntárias" para a guerra e a unidade das forças oposicionistas que apresentaram candidatos.

As candidaturas oposicionistas, ao aproveitarem as fracas possibilidades que tinham para dirigir protestos populares pondo em evidencia a incapacidade dos salazaristas para resolverem os problemas nacionais e as questões coloniais, deram um impulso importante à luta contra a ditadura e, ao mesmo tempo, ao desistirem de "eleições" com resultados antecipadamente forjados, frustaram-nas, impedindo Salazar de dar aos que de fora ainda o apoiam a justificação necessaria.

Os caminhos que levam à insurreição nacional capaz de libertar de um só golpe o Povo Português e os povos das colónias portuguesas encurtaram-se.

PORTUGAL DEMOCRATICO

Asilo para Galvão e seus companheiros

O Governo brasileiro a imprensa e o povo do Brasil deram mais uma vez mostras da compreensão com que encaram os problemas suscitados pela tenebrosa ditadura que continua a esmagar o povo português. Após as dificuldades jurídicas e burocraticas que são normais em casos semelhantes e mercê de uma opinião pública atenta que imediatamente reagiu, o asilo pedido por Galvão e seus cinco companheiros foi concedido.

O grande amigo de Portugal e do povo português que é o embaixador Alvaro Lins, a quem a oposição portuguesa e a causa da liberdade em Portugal ficam a dever mais uma relevante ajuda, desempenhou papel importantissimo na condução da batalha jurídico-diplomatica de que as forças democraticas brasileiras e portuguesas sairam vencedoras e derrotado o ditador Salazar. PORTUGAL DEMOCRATICO, apesar de não concordar com os métodos preconizados pelo Capitão Henrique Galvão e discordar das atitudes anti-unitarias do mesmo, apoia incondicionalmente a concessão do asilo politico que além de honrar as tradições humanitarias do Brasil, representa uma denuncia formal do regime de repressão e perseguição de Salazar. A posição tomada pela UDP demonstra, aliás, que os oposicionistas portugueses residentes no Brasil estão completamente de acordo com a nossa opinião.

O telegrama da U.D.P. enviado a Sua Excelencia o Presidente do Brasil, Dr. João Goulart, é na integra o seguinte:

"A Comissão Executiva da União dos Democratas Portugueses, confiada no alto espirito de solidariedade humana do pova brasileiro que V. Exa. tão digna e nobremente representa, vem respeitosamente solicitar a intervenção de V. Exa. para que seja concedido asilo ao Cap. Galvão e seus companheiros. (a) João Sarmento Pimentel, presidente".

Salazarada Eleitoral

Não foram uma palhaçada as eleições para a Assembléia Nacional de Lisboa, no passado mês de novembro. Nem a campanha eleitoral dos candidatos a deputados, pela Oposição, apesar de pontilhada de transtornos de toda a sorte, pode dizer-se, usando a expressão popular, que foi transformada, pela PIDE, numa tourada.

Não diremos que foi uma palhaçada nem que houve uma tourada — unicamente porque não queremos, usando essas expressões, ofender os palhaços, esses artistas que todas as crianças adoram, nem tampouco queremos ligar os participantes — quer os touros quer os toureiros — desse tradicional espetaculo, que é a tourada, à parodia vergonhosa de um dos pilares da Democracia — a livre expressão da vontade popular, através do voto.

A revista TIME, publicou, ilustrando a noticia das eleições em Portugal, uma fotografia do "dictator Salazar", com esta legenda: "Secret police were worming". Legenda extremamente feliz, porque, dizendo que a policia secreta "se introduzira como vermes" na campanha, está definida com uma clareza meridiana, no que se refere às eleições, a parte que cabe à PIDE nesse regime de podridão, que vai roendo Portugal como um tumor maligno, que é urgente extirpar, radicalmente.

POR QUE SALAZARADA?

Melhor do que os manifestos da oposição, fala o papagaio de Salazar. Estas foram as declarações de Correia de Oliveira, Ministro da Presidencia, à imprensa internacional:

O GOVERNO DE SALAZAR ACEITA AS "ELEIÇÕES", PORQUE A ISSO É OBRIGADO PELA OPINIÃO PÚBLICA, NACIONAL E INTERNACIONAL.

"Para essa opinião publica estrangeira, o adiamento das eleições teria um único significado, e êsse seria o do receio do Governo de sujeitar à aprovação da Nação a campanha de defesa pelas armas, do solo português, onde quer que ele fôr ameaçado.

Atentando bem fundo nesta realidade, todos reconhecerão não poder o País, em tais condições, fornecer aos seus inimigos tão forte arma de ataque. E, por isso o Governo entendeu que as eleições que, sob muitos aspectos poderiam parecer útil adiar, em nome do interesse nacional devem, afinal, realizar-se por imposição e para defesa desse mesmo interesse."

O GOVERNO DIZ QUE NÃO INTERVEM NA CAMPANHA "ELEITORAL". MAS...

"O primeiro ponto a fixar será o de que o Governo não intervem na campanha eleitoral."

"A abstenção do Governo não impedirá também de esclarecer, quando o entenda e pela forma que julgue conveniente, as criticas que na campanha forem dirigidas à sua política ou à atuação dos serviços dele dependentes".

NÃO PERMITE QUE O PAÍS DISCUTA O SISTEMA EM QUE VIVE.

"Compreender-se-á pois que para atingir este objetivo o Governo procure impedir que a campanha para a eleição de deputados se transforme numa espécie de plebiscito dos principios que informam a estrutura política da Nação. Nada de anormal e muito menos de ilegal há nesta decisão".

NEGA A LIBERDADE DE PROPAGANDA.

"O Governo pensa que a limitação de propaganda aos que efetivamente precisam de ser esclarecidos poderá contribuir grandemente para a conservação do clima de tranquilidade e de trabalho que se não deseja ver interrompido durante o próximo mês.

Daí que se tenha decidido que os emissores nacionais de Radiodifusão e a Radiotelevisão portuguesa não sejam utilizados como instrumento da campanha eleitoral."

MANTÉM A CENSURA POLÍTICA À IMPRENSA, À RÁDIO, ETC.

"A censura mantem-se apenas e só (sic) para as afirmações que ponham em causa os principios informadores da organização política da Nação, ou forem inconvenientes ao êxito das operações militares em curso, ou da política diplomática do País."

PRETENDE MESMO ESCOLHER O PROGRAMA DOS CANDIDATOS QUE SE LHE OPÕEM.

"...não pode autorizar-se a imediata divulgação tanto pela imprensa como por quaisquer outros meios de publicidade, de um documento, designado como "Programa para a democratização da República" de que aliás foram já espalhados muitos exemplares e que constitui para alguns membros da oposição o seu programa na próxima campanha eleitoral."

"...O problema está na orientação, definida naquele referido documento, e que é inaceitável como base de um programa de campanha eleitoral, dado que a sua execução poria em causa princípios basilares da nossa ordem político-constitucional."

AMEAÇA-OS.

"Impedirá o Governo pelos meios adequados, sejam eles quais forem, que as organizações do Partido Comunista e aquelas que conscientemente ou inconscientemente a êste se ligam ou deste dependam, promovam a perturbação da ordem pública, a instabilidade da vida, a insegurança no trabalho e fora dele."

COLOCA-OS NA DEPENDÊNCIA DOS CANDIDATOS DA UNIÃO NACIONAL.

"...a mesma preocupação de igualdade de condições nos leva a garantir que os membros da oposição terão ao seu dispôr os edificios e locais onde a União Nacional realize sessões públicas, desde que estejam na dependência da autoridade do Estado."

E CHEGA A COBIÇAR SER SENHOR DA IMPRENSA ESTRANGEIRA...

"Ora acontece que se o Governo não pode nem quer impor uma determinada atitude à Imprensa portuguesa tem já muita pena de não ser o senhor da imprensa estrangeira. É que se o fora teria evitado a campanha de deturpação e de calúnia que muitos setores dessa imprensa têm conduzido contra Portugal, e que em tão grande medida é responsável pelo sacrifício de tantas vidas perdidas em Angola."

ROTINA "ELEITORAL"...

Diz o jornal "O Século" de 12-10-1961: "À semelhança de outros que se têm realizado últimamente, realizaram-se ontem na área do Liceu Camões, exercícios de brigadas da Policia de Segurança Pública destinados à preparação do pessoal. Foi reconhecida a necessidade do exercício de ontem se efetuar à noite, a uma hora de menor movimento, para se evitarem perturbações da circulação de automóveis e outros veículos. Brevemente realizar-se-ão outros exercícios semelhantes, considerados de rotina."

QUEM SÃO AS VEDETAS DA UNIÃO NACIONAL:

Advogados e licenciados em direito — 40
Notários — 2
Juizes — 3
Conservadores — 7 (Registro Civil e Predial)
Oficiais — 11
Médicos — 15
Engenheiros — 18
Lavradores — 3
Comerciantes — 3
Industriais — 3
Professores Universitários — 6
etc.
Operários — 0
Estudantes — 0
Camponeses — 0
Artesãos — 0
Soldados cabos e sargentos — 0
Ferroviários — 0
etc.
Mulheres — 3
Fascistas — todos.

O QUE FAZ O GOVERNO ÀS LISTAS DA OPOSIÇÃO:

DISTRITO DE BRAGA — O Governo não aceita uma das listas da oposição.

DISTRITO DE SANTARÉM — A lista da oposição também não é aceita pelo Governo. 7 dos proponentes da candidatura foram presos. Dezenas de outras pessoas foram presas no mesmo distrito, em Alpiarça. Os candidatos protestaram contra as prisoes e a recusa governamental de aceitação da sua lista.

DISTRITO DE LISBOA — A lista dos candidatos monárquicos independentes não foi aceita por ter sido entregue 1 minuto depois do que o Governo entende ser o prazo legal de entrega...

DISTRITO DE LOURENÇO MARQUES — A Lista foi aceita pelo Governo... Mas como entretanto, um membro da União Nacional recorreu da sua aceitação, o Governador-Geral de Moçambique resolveu, contra todos os príncipios jurídicos, suspender a sua aceitação, proibindo-a de iniciar a campanha eleitoral!...

DISTRITOS DE LISBOA, AVEIRO, PORTO E COIMBRA — O Governo começou por aceitar as listar mas como quer ter a possibilidade de a todo o momento acabar com a campanha "eleitoral", interpôs recurso da sua própria aceitação através de membros do seu partido!...

República
1.917.582$80
Assim está o nosso apelo para a compra da Rotativa
MANIFESTO AO ELEITORADO
DOS CANDIDATOS DE OPOSIÇÃO DO PORTO
MANIFESTO
DOS DEPUTADOS DE OPOSIÇÃO
PELO CÍRCULO DO FUNCHAL
MANIFESTO AO POVO
do distrito de Castelo Branco
pelos seus candidatos de Oposição

Fac-simile da edição de 31 de outubro, ...manifestando a impossibilidade de manifestar-se...

VICISSITUDES DAS LISTAS DA OPOSIÇÃO EM PORTUGAL

Para o efeito das eleições legislativas, o territorio (Portugal e as Provincias Ultramarinas) é dividido em 30 circunscrições eleitorais (que coincidem com os distritos no território metropolitano) às quais corresponde um total de 130 deputados. O número de deputados por circunscrição varia entre 1 (Horta, Guiné, S. Tomé e Principe, Macau e Timor) e 12 (Lisboa); Angola e Moçambique têm direito a 7 deputados cada uma.

A Oposição apresentou listas em 10 circunscrições o que representa um total de 66 deputados (isto é: mais de metade da Assembléia).

No que se refere à ação do Governo — além de inúmeras pressões, intimidações policiais e discriminações de toda a ordem, tendo em vista tornar o mais dificil possível para a Oposição a constituição das listas e a difusão da propaganda eleitoral — há a notar que:

— A lista da Oposição Democrática de Lisboa teve que ser impressa por várias vezes, primeiro porque diversos dos seus elementos foram presos, em seguida porque 2 oficiais não foram autorizados pelos respectivos ministérios a apresentar-se como candidatos (apesar de vários oficiais serem apresentados como candidatos do partido único do Sr. Salazar) e também porque 3 outros candidatos tinham sido riscados dos cadernos eleitorais.

— Não foram aceitos pelos governadores civis respectivos a lista dos candidatos monárquicos independentes de Lisboa (sob o pretexto que ela tinha sido entregue com 2 minutos de atrazo!...), a lista da Oposição Democrática de Santarém e uma das listas da Oposição em Braga.

— Filiados na União Nacional (partido único de Salazar) apelaram da aceitação das listas da Oposição Democrática de Lisboa, Porto, Aveiro e Braga, para o Supremo Tribunal Administrativo (Tribunal de Apelação).

— Em Lourenço Marques (Moçambique) o Governador Civil aceitou a lista da Oposição mas, tendo uns membros da União Nacional apelado para o Tribunal Administrativo, decidiu o Governador, contra todos os principios juridicos, suspender a aceitação desta lista, interditando aos seus candidatos toda a ação de propaganda eleitoral!

ULTIMA NOTICIA: A lista de Moçambique definitivamente recusada.

Pelos jornais portugueses de 29 de outubro, tomámos conhecimento de que o Tribunal Administrativo de Lourenço Marques (Moçambique) considerou como justificadas as reclamações contra a lista dos candidatos da Oposição, sob o pretexto, de que os seus candidatos não tinham a intenção de respeitar a Constituição Portuguesa. Este pretexto é tanto mais absurdo quanto é certo que todos os candidatos a deputados devem assinar um documento onde precisamente eles se comprometem a respeitar a Constituição.

Esta medida, cujo carater arbitrário é evidente, mostra bem o terror que tem o Governo de uma disputa eleitoral em Moçambique.

SURPRESAS NO DIA DA FESTA

- **A Marinha de Guerra faz manobras ao largo da costa portuguêsa.**
- **Os tanques dos aviões militares são esvaziados.**
- **Às tropas, em estado de prontidão (?), são retiradas as munições das espingardas e os pentes das metralhadoras.**
- **É divulgado um comunicado, segundo o qual, os militares não mais poderão candidatar-se a cargos eletivos da politica.**
- **Os estudantes são agredidos pela policia politica PIDE, ao concentrarem-se, para irem votar, nas proximidades das Seções Eleitorais. Em Lisboa, foram mortos, durante escaramuças com a PIDE, 4 estudantes, havendo ainda numerosas prisões.**

A IMPRENSA ESTRANGEIRA VIU CLARO

Escolhemos, ao acaso, um editorial publicado no Exterior, pela imprensa notoriamente "não comprometida", sôbre as eleições. E, o que vão lêr, não é do "Diario de Noticias", do Rio de Janeiro, ou do "Estado de S. Paulo", ambos, na opinião dos salazaristas, "a soldo de Moscou".

É um editorial do "Diario de Noticias", de New Bedford, onde se diz:

COMENTÁRIO DO DIA

Decorre neste momento uma campanha política em Potrugal, e os portugueses, onde quer que se encontrem — mesmo que estejam inquinados pela indiferença que foram obrigados a adotar como tábua de salvação psicológica — não poderão continuar a ser indiferentes num país que lhes oferece o privilégio de votar e discutir livremente. O que se passa em Portugal, presentemente, poderá afetar o futuro da nação portuguesa. E esse futuro, que desejamos o mais brilhante possível, diz respeito a todos nós. Portugal pertence tanto a nós como aos homens que o governam. Portugal é de todos os portugueses e não apenas de alguns! E por que assim pensamos, ficamos tristes ao saber que cidadãos portugueses, irmãos nossos, estão sendo presos em Portugal, pelo "crime" de pretenderem instituir um regime idêntico ao que temos aqui nos Estados Unidos e nas democracias ocidentais.

E, em conclusão:

O argumento de que os portugueses não "estão preparados para a democracia", é o maior insulto que se possa atirar à memoria dos nossos antepassados. Eles levantar-se-iam no tumulo, se soubessem que os seus descendentes, depois de 30 anos de "cultura", continuam a ser semi-selvagens, na opinião dos atuais governantes, incompetentes para discutirem livremente os seus problemas, e irem às urnas — como vão aqui os luso-americanos, apesar de "impreparados" — sem medo da policia secreta.

PORTUGAL DEMOCRATICO

A ONU condena Portugal

NOVA IORQUE — No dia 28 de novembro, uma submissão da ONU, em relatorio de 143 paginas, acusou Portugal de deixar de atender às legitimas aspirações do povo de Angola, dessa maneira malogrando nos esforços que deveria fazer pela manutenção da paz e da ordem internacionais.

A subcomissão, constituida por cinco membros, representando a Bolivia, o Dahomey, a Malasia, a Finlandia e o Sudão, foi autorizada pela Assembléia Geral, em abril último, a promover uma investigação da situação vigente em Angola. Tanto a Assembléia quanto o Conselho de Segurança pediram a Portugal que cessasse as medidas repressivas que estava adotando em Angola.

Embora o grupo da ONU tivesse a sua entrada recusada em Angola, os seus membros conseguiram entrevistar as autoridades portuguesas, os refugiados da colonia, além de ter tido acesso a muitas outras fontes de informações.

O relatorio analisa pormenorizadamente a formação de Angola e os recentes acontecimentos que ali se deram, os quais resultaram, segundo o relatório, no abandono do território por cerca de 150.000 refugiados e na criação de uma verdadeira atmosfera de guerra.

A subcomissão chegou à conclusão de que a situação não foi causada pela intervenção estrangeira — conforme alegou o governo português. O grupo afirmou que os acontecimentos tiveram sua origem nos ressentimentos e nas aspirações do povo angolano; acrescentou que os meios de resolver as atuais dificuldades devem ser procurados principalmente em Angola.

A subcomissão declarou que o choque entre portugueses e angolanos, foi grande, dando origem a um conflito racial. A destruição de propriedades, o abandono de aldeias, a perda de parte da safra de café, e as despesas militares terão graves efeitos de ordem economica. Durante os últimos mêses, reza o relatório, a situação em Angola agravou-se e o conflito aumentou os problemas e inflamou as paixões.

O relatório chama a atenção para o fato de o governo português continuar a recorrer a medidas militares para reprimir o conflito, enquanto o lado rebelde está também determinado a prosseguir com as atividades guerrilheiras. A suubcomissão declara que as medidas militares não poderão resolver os problemas basicos de Angola.

O alastramento rápido do conflito indica que a rebelião tem como sua causa principal o descontentamento generalizado e um crescente espirito nacionalista.

O relatório lamenta que o governo de Portugal não tenha colaborado com a Assembléia Geral e com o Conselho de Segurança para atender às aspirações angolanas. A subcomissão pediu que se tomassem medidas para facilitar a volta dos refugiados e expressou apreensão de seus membros diante das declarações feitas por funcionários portugueses, segundo as quais se enviariam para Angola colonos-soldados portugueses a fim de perpetuar a soberania portuguesa sôbre essa colonia africana.

Entre as conclusões a que chegou a comissão, inclui-se a de que a colaboração construtiva entre Portugal e as Nações Unidas é o melhor meio de pôr termo imediato ao conflito, e que, adotando determinadas medidas, Portugal ainda poderá preservar elementos positivos da sua politica e das suas realizações no exterior. O relatório deixa claro que se perdeu muito tempo numa situação crítica, ressaltando que é preciso reconhecer prontamente as novas fôrças que despontam no mundo, coragem para aceitar a mudança e prudência em formular a seguir meios exequiveis a fim de lograr uma situação pacífica durável.

E' provável que a publicação do relatório signifique que a Assembléia Geral vá examinar a situação de Angola antes de discutir a questão da China comunista. Crê-se que o problema angolano será debatido pela Assembléia esta semana, adiando-se a questão chinesa para a proxima semana, embora a ordem dos trabalhos tenha de ser modificada.

PROTESTO DO BASTONARIO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DE LISBOA

APESAR DO ATRASO, NÃO PERDEU A ATUALIDADE NEM A IMPORTANCIA, ÊSTE DOCUMENTO QUE DIVULGAMOS, NA INTEGRA:

Lisboa, 1.o de Agosto de 1961

Sr. Ministro da Justiça
Excelência:

Mais dois advogados foram presos: os Drs. Carlos e Mário Cal Brandão, com escritório no Porto.

Não está em minhas mãos pôr termo à violência iniciada vai para três meses e que continua, não se sabe por quanto tempo ainda. Nada posso contra ela embora sentindo por ela a maior repulsa; mas tenho — por exigência do coração e por dever que o cargo impõe, de protestar, reclamando providências para que termine; nem os meus pares ao acertarem comigo as contas que têm o direito de exigir-me e que eu tenho obrigação de prestar-lhes — me perdoariam se assim não fizesse. E só a Vossa Excelência posso dirigir-me.

Custa-me fazê-lo constantemente, e bem quisera não ter de fazê-lo; mas tenho para mim, além do mais, que será apreciável o serviço que presto a Vossa Excelência e ao Governo se fôr ouvido e tiver um termo a feia ação que vem sendo praticada.

Como tive oportunidade de dizer a Vossa Excelência em 14 passado, na audiência que teve a bondade de conceder à delegação do Conselho Geral e a mim, este caso do Programa, que deu pretexto para as prisões conta-se em poucas palavras:

Em todas as campanhas eleitorais realizadas no País desde um certo tempo para cá, os oradores e os jornais situacionistas, atacavam a oposição por nem um programa ter.

Sabia-se que em Outubro ou principio de Novembro próximos haveria eleições, e a oposição quis naturalmente, impossibilitar o grupo seu adversário de continuar a utilizar contra ela aquela arma.

Fazerem-se eleições, implica reconhecer-se a quem vota o direito de escolha; e para escolher é indispensável conhecer-se a orientação daqueles que se apresentam ao sufragio — os princípios que defendem, quanto se propõem realizar.

Cada um dos grupos que disputa deve, portanto, dizê-lo; e o documento em que o fazem constitui o chamado programa normalmente formado por duas partes: numa, faz a critica da ação do contrário, de que discorde; na outra, declara o que se propõe realizar no caso de, vencendo a eleição, vir a governar.

Está perfeitamente neste caso o programa apresentado pela oposição; merecendo a pena acrescentar que é correto, não sendo possível vislumbrar em todo ele, objetivo revolucionário.

Programa, portanto, que tinha em vista destruir um argumento que utilizava o adversário, e se destinava à propaganda na eleição próxima, que pretendia disputar.

Só isto. Mais nada. Garantem-no colegas que o assinaram, e aqueles que o garantem são absolutamente incapazes de fazê-lo sem verdade.

Claro que o programa tinha de desagradar.

Para certas pessoas a liberdade de pensar consiste em... pensar como elas. O respeito pelas idéias diversas não entra em certos espiritos.

O programa passou, portanto, a ser sujeito a minucioso exame, a vêr se poderia constituir corpo de delito para acusação a formular.

Não dava. Mas isso não tinha importância de maior. Como não se investiga para so depois prender, mas se prende para investigar, estava encontrado o meio de punir o atrevimento. E veio a pretextada suspeita — quanto bastava para prender, incomodar, vexar, prejudicar.

Os meus colegas e os demais presos com o rótulo de suspeitos estão a ser **castigados** por terem-se atrevido a discordar; de nada lhes tendo valido o fato de haverem procedido no uso de um direito que é expressamente consignado na lei constitucional.

Lembro-me de ter acrescentado, na ocasião em que falei com Vossa Excelência, haver sido descoberta nova forma de tortura, capaz de fazer inveja a Torquemada; pois estas prisões, de um hoje, e, com intervalos de dias, de outro e de outro, lançava a todos em natural ansiedade, suspensa sobre suas cabeças essa espada de Damocles que os ameaça, embora lei não exista em que possa legitimamente apoiar-se quem o faz.

Senhor Ministro: não creio que pessoas bem formadas possam aplaudir semelhante procedimento.

Para mim, tudo isto é triste e doloroso. A minha educação baseada nos principios cristãos, faz-me sentir a maior revolta; a minha formação profissional não se conforma com a violência; o meu cargo, atribuindo-me a representação da Ordem que tem como um dos seus fins defender os interesses e direitos dos seus membros, impõe-me que não cale a revolta e insista pelo termo da violência.

É porém cada vez maior no meu espirito a duvida de que a minha ação tenha servido ou venha a servir para que seja posto um fim a tamanha arbitrariedade. Tão grande a duvida, que já admito como possivel resignar a função.

Razões de vária ordem me detêm. O Povo ensina que, entre dois males, deve escolher-se o menor; e as próprias leis penais chegam a isentar de responsabilidade aquele que praticou o mal para evitar outro mal, maior. Isto aconselharia a ficar; mas, em boa verdade, ainda não consegui geito para trocar pela comodidade uma posição em que o dever me determina que esteja; e afastar-me na hora em que estão a ser perseguidos alguns daqueles que a consciência e a lei me impõem a obrigação de defender, seria cobardia de que não me sinto capaz.

Senhor Ministro:

Em tudo quanto venho a dizer-lhe há sómente sinceridade, verdade. Em tudo. Mal de mim se o trato que temos tido durante estes anos não bastasse para não ser posta em duvida aquela afirmação.

E, pois que assim, de mais não considero que o meu apêlo encontre eco no coração do homem, chefe de família de mais a mais, na sensibilidade do jurisconsulto, no Ministro com o seu poder.

Contra um malfeitor que nos ataca, grita-se pela polícia. Tendo de gritar-se contra esta, só para o Governo e por intermédio de Vossa Excelência o posso fazer. Mas o grito é o mesmo: Acuda-nos!

Se o fizer, põe termo ao que parece gôso infernal e à violência sem nome.

Tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência respeitosos cumprimentos.

Pedro Pitta

Bastonário da Ordem dos Advogados.

Intervem a Associação Internacional dos Juristas Democratas

A Associação Internacional dos Juristas Democratas dirigiu-se aos Bastonarios da Ordem dos Advogados de Lisboa e do Porto, comunicando-lhes que intercedera junto do Ministro da Justiça do Govêrno de Salazar, pedindo a libertação dos srs. Acacio Gouveia, Gustavo Soromenho e Mario Soares.

A carta em referência, subscrita pelo Secretário da referida Associação e cuja copia foi enviada àqueles bastonarios, diz o seguinte:

"Senhor Ministro da Justiça
Lisboa, Portugal

Levamos ao conhecimento de V. Excia. a nossa preocupação ante a noticia da prisão, em Lisboa, dos srs. Acacio Gouveia, Gustavo Soromenho e Mario Soares, todos três advogados do fóro de Lisboa e signatarios, com 58 outras personalidades portuguesas, de um programa do qual constam, nomeadamente o restabelecimento imediato de todas as liberdades públicas, religiosas e de trabalho, a libertação de todos os presos politicos e o, livre regresso à Pátria de todos os deportados e exilados.

Preocupados com o respeito das liberdades democraticas, pedimos que intervenha para a libertação dos três advogados detidos.

Os assassinos no poder

Adolfo Casais Monteiro

Partindo da América do Sul, vai-se alargando ao mundo inteiro o movimento internacional de solidariedade aos presos políticos e aos exilados de Espanha e de Portugal. Aqueles que têm acompanhado o seu desenvolvimento sabem que as Conferências da Anistia — iniciadas em S. Paulo — não se limitam a pedir uma anistia que os governos fascistas de Portugal e da Espanha fingem conceder periòdicamente; o objetivo dêste grande movimento internacional não é pedir: é exigir; é, além disso, desmascarar a mentira fascista, pôr à vista do mundo inteiro as provas da iniquidade dêsses remanescentes duma era trágica, cujas consequências estão longe de se ter desvanecido, porque o fascismo trabalha insidiosamente num mundo que se pretende livre mas lhe dá tôdas as facilidades para manobrar contra a liberdade do povo, e minar a luta dos oprimidos contra as oligarquias. Assim, a solidariedade dêste movimento tem na realidade um sentido que é necessário todos compreendam: é a solidariedade que todos os homens livres tem que dar uns aos outros para preservar essa liberdade, constantemente ameaçada pelas fôrças mais retrógradas. A aliança do fascismo com a oligarquia não é uma invenção de nenhuma propaganda: é a mais evidente e triste verdade do mundo em que vivemos. Sejamos exatos: o fascismo é a oligarquia. Apoiando todos os movimentos de solidariedade às vítimas do fascismo português e espanhol, todos os povos do mundo estão lutando pela sua própria sobrevivência, pelo seu próprio progresso, para que novos Hitler e novos Mussolini não possam novamente pôr o mundo a ferro e fogo. Estão lutando pela paz, que não estará garantida enquanto existirem êsses focos infeciosos que os países chamados democráticos deixaram subsistir, desprezando o clamor dos povos martirizados.

O movimento internacional pela anistia será um movimento político? Tendo tido oportunidade de entrar em contacto com dirigentes duma organização católica, com motivo da projetada conferência da Europa Ocidental para a Anistia, verifiquei mais uma vez como é insidiosa a "suspeita" sôbre o caráter "político" que se supõe a tudo o que vá bulir com as posições estabelecidas do fascismo. O fascismo envenenou a tal ponto o mundo, enraizou-se de tal maneiras consciências (mesmo dos que o repudiam), devido a subsistir como regime em diversos países, que acabou por ganhar aquilo mesmo contra que êle mais lutou para liquidar: um estatuto de legalidade. Isto é: dependendo da legalidade, o fascismo tem a seu favor, desde que é govêrno, a ilusão de legalidade que o espírito liberal atribui em teoria àquêle.

Paradoxo incrível — mas pura realidade, aí de nós! Se o govêrno português distribuir à UPI uma fotografia com a legenda "Terrorismo em Angola", a UPI, que, como sabemos, é radicalmente pela legalidade, apressa-se a mandá-lo para o mundo todo. Mas se o MPLA mandar outra fotografia, com o mesmo assunto e título, a UPI não a distribuirá, mesmo que possa ter fácilmente a prova de que é verídico o documento do terrorismo oficial de Salazar — porque êste terrorismo terá sido obra, não de um govêrno, mas de homens enlouquecidos pela opressão e pelas torturas. Agora direi de que espécie de fotografias estou falando: das que representam negros refugiados. Os mesmos negros, da mesma Angola. Para nós, democratas portugueses, iguais, quer se refugiem dum lado ou do outro, não só por serem igualmente vitimas, mas por serem igualmente vitimas do fascismo de Salazar, direta ou indiretamente. O que importa, à agência, é falar em terrorismo "praticado" pelos que se revoltam, e esconder o terrorismo praticado pelas tropas mandados por Salazar chacinar pretos — tropas ou civis, ao abrigo do já famoso decreto 43.558, que deveria ter tido um título: liberdade de assassinato.

O fascismo é govêrno — e as agências telegráficas são respeitadoras dos governos. "Govêrno" é uma chancela de garantia. Um govêrno não pratica atos de terrorismo... E é por isso que a base da nossa luta, nesse movimento apolítico que é o das Conferências de Anistia, deve ser o esclarecimento de todos aquêles que tardam em compreender que um assassino no poder não deixou, à face dos direitos do homem, de ser um assassino. O crime oficial precisa de ser trazido ao banco dos réus, não como oficial, mas como crime. Não há uma "política do assassinato": há assassinato. Se Salazar assassina, é preciso que o mundo se compenetre de que é, simplesmente, um assassino que obteve fraudulentamente as imunidades políticas que servem para acobertar o crime, e que o mundo é conivente dêsse assassinato na medida em que não lhe arranca a máscara. Não há "govêrno português": há uma quadrilha, e o mundo deve chamar-lhe quadrilha, e não govêrno. Enquanto não o fizer, o mundo é cúmplice dos assassinos. E a solidariedade que o movimento da anistia reclama de todos os povos do mundo, não é apenas a favor dos corpos e das almas que estão sendo vítimas dêsses crimes: é a favor de si próprios, porque cada povo, enquanto os criminosos são tratados como entidades respeitáveis, está abrindo o caminho para ser, a seu turno, vítima de qualquer quadrilha, de qualquer gang fascista, que a sua complacência estimula a imitar os que desprezam os mais elementares direitos

EM S. PAULO:

Reunião da U.D.P.

Reuniu-se no "Centro Republicano Português", no dia 18 de Novembro, uma Assembléia de democratas portugueses para discutir e aprovar os princípios e os estatutos da UDP e para eleger os seus corpos diretivos.

Compareceram democratas em grande número que aprovaram com ligeiras alterações o trabalho realizado pela Comissão Organizadora.

Presidiu a sessão o Sr. Comandante João Sarmento Pimentel que foi secretariado pelo Engenheiro Tito de Moraes, ambos da Comissao Organizadora do Movimento.

Durante a discussão usaram da palavra diversos oradores enaltecendo todos a necessidade dos democratas portugueses no exílio se unirem para concertarem uma ação comum que coadjuve a luta interna contra a ditadura salazarista, pondo de lado todos os motivos de divisão.

Ao longo da discussão, manifestaram os seus pontos de vista, entre outros, os Srs. Drs. Toga Machado, Manuel Sertório, Lucidio de Lorena, Henrique Santo, João Tito de Moraes, Julio Duarte, etc.

O Sr. Augusto Aragão comunicou à Assembléia que o Exmo. Sr. Dr. Rui Luis Gomes, professor universitário e antigo candidato à Presidencia da República, telegrafara dando a sua adesão aos principios e objetivos da U.D.P.

Dos democratas portugueses da Venezuela foi recebida manifestação semelhante.

Terminada a discussão foram os estatutos aprovados e passou-se à eleição dos Corpos Gerentes.

Para a Mesa da Assembléia Geral foram eleitos por aclamação:

Presidente — Antonio Amorim.

1.o Secretário — Armando Correia Pinto

2.o Secretário — Francisco Sarmento Pimentel

Para fazerem parte da Comissão Consultiva a Assembléia elegeu uma lista de altas individualidades portuguesas residentes no Brasil, cujos nomes publicaremos em número próximo.

Para a Comissão Executiva foram eleitos:

Presidente — João Sarmento Pimentel

Vice-Presidentes — Jorge de Sena, Adolfo Casais Monteiro, Paulo de Castro.

Secretarios — Manuel Tito de Moraes, Augusto Aragão, Manuel Sertorio.

Tesoureiros — Carlos Cruz, Joaquim Duarte Batista.

Vogais — Antonio Ricca Gonçalves, Fernando Lemos, Manuel Myre Dores, Henrique Pereira Santo, João Tito de Moraes.

A Assembléia decidiu ainda fixar uma contribuição mensal mínima de Cr$ 50,00 aos membros da organização.

Entrevista do Lider do MPLA à Imprensa

Em data recente, o dr. Mario de Andrade, teve a oportunidade de fazer declarações à imprensa internacional, cuja importancia será desnecessário salientar. A primeira, de cunho sobretudo político, que hoje publicamos, foi dada ao representante da cadeia de jornais "Ultima Hora" do Brasil. A segunda, que divulgaremos no prximo número, refere-se sobretudo à luta armada, e foi concedida a representantes de diversos países.

CONARKY, novembro — (Via aérea) — "Não é só Portugal, mas todo o Ocidente que está no banco dos réus perante a consciência africana, com consequência do foco de guerra que incendeia Angola e que representa uma ameaça à paz e à segurança internacional", declarou à imprensa a Mário de Andrade, o líder do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), cujo Secretariado acha-se instalado nesta cidade, capital da Guiné.

Mário de Andrade, que é intelectual de renome, dedica-se hoje integralmente à luta política pela libertação de Angola. Em sua entrevista, aborda também a possibilidade de unificação entre a MPLA, por êle dirigido, e a UPA (União das Populações de Angola).

Damos a seguir as perguntas formuladas a Mário de Andrade e as suas respostas:

INTERNACIONALIZAÇÃO

Pergunta — Você acredita na possibilidade de internacionalização do conflito angolano?

Resposta — Sim. O problema angolano não é sòmente uma luta do povo contra o domínio de uma potência européia. É uma luta de libertação contra tôda a forma de exploração. A exploração do povo angolano é produto, não sòmente dos portuguêses, mas também de monopólios internacionais muito poderosos. É evidente que o foco de guerra que incendia Angola, no centro-oeste da Africa, ameaça a segurança de um regime assim como o regime sul-africano ameaça o sudoeste africano e a Rhodésia. Eis porque o govêrno da Africa do Sul reforça as suas alianças com Portugal. Êste foco de guerra ameaça também a paz e a segurança internacional, numa época em que e exige que os conflitos entre os povos sejam resolvidos pela negociação.

O ocidente está no banco dos réus perante a consciência africana, porque Portugal está sendo ajudando nesta guerra pelas grandes potências da OTAN, como os Estados Unidos a Grã-Bretanha e a Alemanha Ocidental. Ter-se-á que condenar o ocidente, através de seus aliados, porque êles não retiraram ainda o seu apoio militar e político ao govêrno de Salazar. Neste problema, a posição tomada em Londres pelo Presidente Modibo Keita, do Mali, é muito significativa. Modibo Keita disse, em suma, que as relações entre o Mali e a Inglaterra estariam condicionadas à suspnsão do apoio concedido pela Inglaterra a Portugal. Isto mostra como o problema passou já para o plano internacional.

P. — Você diz que o govêrno da Africa do Sul reforça as suas alianças com Portugal. Pode precisar?

R. — Possuimos informações segundo as quais o Ministro da Defesa da União Sul-Africana, conferenciou, em 5 de julho último, com Salazar e com os ministros portugueses dos Negócios Estrangeiros, do Exército e da Marinha. Estas conversações versaram sôbre as medidas a tomar para reforços da defesa de Angola e de Moçambique. Por outro lado, sabemos que o govêrno sul-africano ajuda militarmente Portugal na guerra de exterminio travada em Angola. Existem pactos militares de defesa mutua, desde longa, data, entre Portugal e a União Sul-Africana.

SOLUÇÃO PACIFICA

P. — O MPLA reclamou, a 13 de junho de 1960, a convocação de uma mesa-redonda — formada de todos os partidos políticos angolanos e os representantes do govêrno português — para a solução pacífica do problema. Êstes pedidos foram rejeitados. Você acredita que a insurreição do povo angolano possa provocar uma modificação da atitude de Salazar?

R. — Não creio. O govêrno de Salazar baseia o seu equilibrio financeiro na exploração das emprêsas coloniais e está ligado aos grandes monopólios internacionais. Por outro lado, o regime fascista de Salazar não tem feito outra coisa que sublinhar uma secular ideologia colonial e criar novos mitos sôbre uma pretendida missão civilizadora dos portugueses.

São 33 anos que os portugueses negam a existência de um sentimento nacional em África. Os colonos portugueses, cegos por êstes mitos, não estavam preparados para a insurreição armada dos angolanos. Mas o govêrno de Lisboa bater-se-á até o fim do próprio regime portugues. Nestas condições, pensamos estar em nós, quer a solução do problema da nossa independência, como a de apressar a queda do govêrno de Salazar. Quanto mais larga fôr a insurreição armada através de Angola, mais nós teremos possibilidades de impor amanhã, ao govêrno que substitua o govêrno de Salazar, a nossa independência imediata e completa.

QUEDA DE SALAZAR

P. — Essa queda do regime de Salazar, como pensa poder provocá-la?

R. — Apressaremos a queda do governo de Salazar por planos sucessivos. Primeiro, pelas guerrilhas em Angola, aplicando uma estratégia mais conforme com o tipo de guerra desenvolvido por Portugal. Seguidamente, pela criação de uma frente unida de todos os partidos nacionalistas angolanos. E finalmente, pela mobilização da opinião internacional contra Portugal e em partcular por uma ação mais eficaz dos países afro-asiáticos

O essencial de nssoa política exterior consiste atualmente em fazer um apelo a todos os anticolonialistas do mundo, para que exerçam pressões sôbre os aliados de Portugal, (EE. UU., Grã-Bretanha e Alemanha Ocidental, em particular), para que êles boicotem Portugal sôbre os planos econômicos e diplomáticos.

Nós insistimos principalmente com os Estados africanos independentes que mantêm trocas comerciais com Portugal, que "os áfricanos podem passar perfeitamente sem os vinhos do Pôrto e da Madeira".

P. — Você fala dos Estados Unidos, da Grã-Brtanha e da Alemanha Ocidental, como os aliados mais destacados de Portugal. Quais são as bases dessas alianças?

R. — Uma base política, mas sobretudo econômica. Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha são os principais clientes de Angola, no que diz respeito às exportações dos colonos portugueses estabelecidos em nosso país. Os EE. UU. compram 45% do café, a Inglaterra 100% de diamantes. A Alemanha Ocidental — que vem em 5.o lugar na compra de milho e dos minérios de ferro — é, desde alguns anos, a única potência que investe em massa na exploração das riquezas minerais de Angola. Quanto à base política, ela é sobejamente conhecida: É a OTAN.

AJUDA AFRICANA

P. — Que espera você, de concreto, dos países africanos independentes?

R. — Em primeiro lugar, uma ação rápida e concertada, como a que foi exigida pelos governos da Guiné e de Ghana. Os países africanos independentes devem fazer um inventário de tôdas as medidas comuns que êles podem tomar, para acabar esta guerra de extermínio que já custou mais de 50 mil vidas na população civil e um êxodo de 135 mil refugiados. Estas medidas comuns, além das sanções econômicas, devem implicar a ruptura de tôdas as relações com Salazar e conter uma ajuda material e política aos movimentos nacionalistas em luta pela libertação de Angola.

Quanto a nós, estamos prontos a iniciar com todos os governos africanos, que não manifestaram ainda a sua posição no problema angolano, as modalidades de ajuda que nos poderão acordar.

Quer do lado das potências de Casablanca, quer no de Monróvia, o princípio de ajuda foi definitivamente aceito. Mas deve dizer-se que, no problema angolano, a unidade africana deve prevalecer sem distinção de grupos ou tendências.

FRENTE ÚNICA

P. — Você menciona os movimentos nacionalistas angolanos. Não haverá um meio de unificar o movimento nacionalista angolano?

R. — O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), fundado em dezembro de 1956, é fruto da fusão de Partidos e movimentos nacionalistas que trabalhavam separadamente no interior do país. Fizemos sempre apelo à unidade das fôrças nacionalistas angolanas para a criação de uma frente unida. Renovamos continuamente êstes apelos em cada nova etapa da luta de nosso povo.

Depois dos acontecimentos de 4 de fevereiro (ataque às prisões civis e militares de Luanda pelos militantes dos nossos movimentos) e desde o comêço da insurreição, em 14 de março último, temos feito apêlos permanentes a todos os nossos compatriotas para convocação de uma conferência dos quadros políticos, responsáveis pela luta de Angola.

Foram estabelecidos contatos em Brazzaville, Leopoldville, e no interior mesmo do pais, onde o problema da unidade não se põe. Estivemos em Monrovia, em 8 de maio, onde conferenciamos com o presidente da União das Populações de Angola, a quem entregamos um projeto de um estatuto, de um programa minimo comum, para uma Frente de Libertação Angolana (FLA).

Sendo o MPLA e a UPA as fôrças nacionalistas mais importantes, nós esperemos que os dirigentes mais responsáveis da UPA queiram por-se de acôrdo sôbre uma data para a reunião de uma conferência de representantes dos dois movimentos, e de outro qualquer movimento nacionalista angolano.

Os países africanos independentes poderão também intervir em favor da nossa unidade, como irmãos mais velhos. Êles poderão estabelecer as responsabilidades sôbre êste ponto: quem quer a unidade e quem não a quer.

POLITICA EXTERIOR

P. — Quais são as grandes linhas da política exterior que você antevê em uma Angola independente?

R. — Em primeiro lugar, respeito aos princípios da carta da ONU e de não adesão a qualquer bloco militar. A política externa será guiada pelos princípios de Bandung — manter relações diplomáticas com todos os países do mundo, respeito mútuo de soberania nacional e integridade territorial e coexistência pacífica. Angola, quando independente, jogará sôbre o mesmo critério daqueles países africanos independentes que querem ter um papel no concêrto internacional e contribuir ao desabrochar de um novo humanismo. Angola dará sua contribuição à luta de todos os povos oprimidos e à consolidação da unidade africana.

O problema da Guiné e do Cabo Verde analisado na Conferência de Dakar

(Conclusão)

Concluímos hoje, a publicação de um extenso documento, elaborado pelo P.A.I. cuja divulgação iniciamos no nosso numero de outubro.

A invulgar formação politica e intelectual que esse documento revela, confirma mais uma vez a plena capacidade dos lideres nacionalistas das "colonias" portuguesas para assumirem o governo delas, como nações livres e independentes.

Na Guiné, a produção agricola — a única base da agricultura de resto assente na monocultura do amendoim — registra quedas continuas. Milhares de camponeses abandonam os seus lares e procuram nos países vizinhos a paz e os meios indispensáveis à sua mantença. É assim que milhares de Balantas ingressam na República da Guiné enquanto os cultivadores de amendoim se instalam na República do Senegal. Nas zonas urbanas onde a repressão é maior, as obras do Estado e das emprêsas privadas foram suspensas. Centenas de operarios foram despedidos sem justificação.

Muitas empresas, sobretudo no interior, cessaram as suas atividades, quer arruinadas pelo monopólio da Companhia União Fabril — que é o verdadeira dono da Guiné — quer dominadas pelo receio das consequências da nossa luta libertadora diante da repressão portuguesa. A situação política é cada dia mais tensa. A Guiné vive presentemente em permanente estado de sitio, com todos os colonos armados e com as populações nativas submetidas a provocações frequentes por parte dos militares e da polícia colonial. Para fazerem face à maré alta da nossa luta libertadora, os colonialistas portugueses reforçam constantemente o Exercito que conta hoje cerca de 9.000 homens, dos quais 3.500, entre oficiais e soldados, são europeus. Quase tôdas as semanas chegam barcos à Guiné para descarregar soldados e material de guerra. Cerca de 350 patriotas africanos estão encarcerados nas prisões da PIDE, na Guiné e somam muitas centenas os africanos deportados no Campo de Concentração da Ilha das Galinhas. Em Bissau afirma-se com frequência que o Departamento de Correios e Telegrafos deixará dentro em breve de funcionar, pois grande parte do seu pessoal está na prisão ou fugiu para os países vizinhos. Diz-se também que o Banco Ultramarino deixará brevemente de funcionar em consequência da crise economica que não tem nem pode ter solução.

Em Cabo Verde, onde a miséria, sobretudo nas ilhas menos favorecidas pelo clima, atinge os limites do desespero, mais de uma centena de moços foram presos no Mindelo e na Cidade da Praia e deportados para o campo de concentração do Tarrafal. Medidas de segurança repressivas foram também tomadas contra alguns intelectuais que gozam de grande popularidade.

Como resultado concreto de trabalho revolucionario dos patriotas africanos, a consciência das massas populares aumenta incessantemente e estas comprometem-se na luta libertadora exigindo apenas meios eficazes para liquidarem as forças colonialistas.

Os povos da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde estão unidos em torno de um objetivo comum a tôdas as camadas sociais dos nossos países: a liquidação do domínio português. Apesar das tentativas de divisão do nosso povo, apesar das contradições que os colonialistas criaram e mantiveram entre os chamados civilizados e os chamados indigenas, todos os africanos permanecem unidos em volta do ideal comum da libertação nacional.

Mas a nossa luta realizou uma vitoria de maior alcance com a unidade entre os patriotas guinéenses e os patriotas cabo-verdianos residentes na Guiné, unidade estabelecida no seio do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde e da Frente que êste criou. Os colonialistas portugueses, que sempre se esforçaram por separar os guinéenses dos cabo-verdianos, estão desorientados com a solida união de todos os africanos no interior da Guiné. Presentemente, as prisões estão cheias de guiéenses e cabo-verdianos e a luta de liquidação do colonialismo português reforçou os laços históricos e de sangue que unem os dois povos.

Não existem no seio do povo da Guiné e no seio do povo de Cabo Verde, ou entre o povo da Guiné e o de Cabo Verde, contradições que possam impedir ou dificultar a indispensável unidade para a liquidação do inimigo comum. Por outro lado, a situação de exploração e de violência a que estão submetidas tôdas as camadas sociais, a miseria, ignorância e o medo que caracterizam a situação dos dois povos, a determinação de reconquistar a dignidade e a liberdade e de expulsar o mesmo inimigo — são razões solidas para consolidar a melhor unidade dos guinéenses, dos cabo-verdianos e entre os guinéenses e os cabo-verdianos.

Tôda atitude contraria à unidade dos nossos povos e entre os nossos povos só poderá encontrar fundamento em preconceitos raciais e tribalistas que apenas servem ao oportunismo político, à ambição pessoal ou ao colonialismo português contra os interêsses dos nossos povos.

Estamos e devemos continuar unidos, porque a unidade é a fôrça principal dos nossos povos. Quantos desejam verdadeiramente liquidar o domínio português não podem deixar de permanecer estreitamente unidos contra o inimigo dos nossos povos. Devemos deixar a êstes a competência para decidirem amanhã, após a independência nacional, do seu próprio destino. Hoje reforçamos a nossa unidade e lutamos corajosamente para libertar os nossos países do jugo colonial.

Nas condições particularmente difíceis em que lutamos seria bem difícil realizar mais do que tem sido feito no interior dos nossos países. Durante os dois últimos anos, mas sobretudo a paritr de 1960, o desenvolvimento da luta, em particular na Guiné, operou-se de maneira acelerada. A própria atitude das autoridades coloniais portugueses denuncia êsse progresso dos nossos povos na via de libertação nacional. No Exterior, os Movimentos de Libertação criados por emigrados e naturais da Guiné e de Cabo Verde, depois de haverem atravessado várias dificuldades, entram agora numa fase de grande atividade ao serviço da luta e em colaboração com a organização do interior, o P. A. I. G. C. O reforço dessa colaboração, a criação de uma frente unida para a luta — objetivo central desta conferência — representará um grande passo em frente, nesta fase preparatoria, para a liquidação do colonialismo português em nossos países.

O relatorio de cada orgaização aqui presente indicará certamente a medida do trabalho realizado e definirá as perspectivas da sua ação em face do desenvolvimento da fase final da nossa luta. Evidentemente êsse balanço do trabalho realizado e das perspectivas da nossa luta serão limitados pelas condições de clandestinidade em que se desenvolve ainda a nossa ação no interior dos nossos países.

PERSPECTIVAS DE LUTA

Quaisquer que sejam as fôrças do nosso inimigo, os nossos povos liquidarão completamente o colonialismo português. Temos consciência de que travaremos, muito provavelmente, uma luta difícil e possivelmente, longa, mas estamos decididos a afrontá-la, e a sair vitoriosos dela.

A nossa vitoria contra o colonialismo português e, o prazo necessario à sua obtenção dependem principalmente de nós mesmos, do esforço e da dedicação de que dermos mostras, da atenção dispensada ao estudo serio e concreto dos problemas fundamentais, do nível de perfeição da nossa organização e do nosso trabalho, assim como da preparação que formos capazes de dar aos nossos militantes. Devemos ter a consciência das fôrças em jogo, basear o nosso trabalho revolucionario nas massas populares, mobilizá-las e organizá-las o melhor possível e reunir os meios materiais indispensáveis ao desenvolvimento eficaz da nossa luta. No entanto, é certo que, se a nossa ação chegar a contar com o apoio permanente e a ajuda concreta daqueles que, como nós, estão interessados na liquidação total do colonialismo em Africa, êsse apoio e ajuda poderiam contribuir eficazmente para diminuir perdas inevitáveis e tornar mais rápida a libertação dos nossos povos e criar condições mais faforáveis à consolidação da nossa independência.

É evidente que no que se refere a essa ajuda e a êsse apoio os países nossos vizinhos poderão desempenhar um papel importante e decisivo, se os seus dirigentes assim o quiserem. Estamos certos da solidariedade de todos os povos africanos para com a nossa luta. Nós, os patriotas africanos da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde, representantes legitimos das aspirações mais justas e mais profundas dos nossos povos secularmente explorados pelos colonialistas portugueses, declaramos à face do mundo que estamos firmemente decididos a lutar até à vitoria final, até à libertação total dos nossos povos do jugo colonial, sejam quais forem os sacrifícios e as dificuldades que tenhamos de enfrentar nessa luta.

Temos plena consciência do fato que a nossa luta de libertação nacional não serve apenas aos nossos povos: serve também os interêsses fundamentais de todos os povos africanos, o progresso de todos os povos do mundo e está ao serviço da paz mundial e da felicidade de todos os seres humanos.

Cumpriremos até o fim o nosso dever. Esperamos que nossos companheiros de luta — todos os inimigos sinceros do imperialismo — façam o mesmo e estamos certos de que assim farão.

Este Boletim, separata do numero de dezembro de PORTUGAL DEMOCRÁTICO é uma iniciativa do "Centro Republicano Português", do "Comitê dos Intelectuais pró Liberdade de Expressão em Portugal" e dêste jornal.

Esta exposição destina-se a angariar fundos para o movimento da anistia, com a venda de trabalhos doados pelos artistas brasileiros para aquele fim.

Conferencia dos Paises da Europa Ocidental Para a Anistia aos Presos e Exilados Politicos de Portugal

(EM ORGANIZAÇÃO)

Cartaz de Clovis Graciano para a Conferência da Anistia em Portugal.

DELEGAÇÃO DOS PORTUGUESES EXILADOS NO BRASIL

BOLETIM Nº 6 — NOVEMBRO-DEZEMBRO DE 1961

CORTE E SOBREPONHA

Justiça Salazarista

TRIBUNAL PLENÁRIO DE LISBOA

JUNHO

Sob a presidência do desembargador sr. dr. Silva Caldeira, reuniu-se o Plenário Criminal, que funciona na Boa Hora, para julgar sete individuos do lugar de Santa Justa, conselho de Coruche, acusados de terem feito parte de um partido à margem da lei, e de terem nele desenvolvido atividades subversivas, angariando fundos e aliciando outras pessoas para se filiarem nessa associação. Após demorado interrogatório, depuseram duas testemunhas de acusação e vinte de defesa. Discutida a causa, o coletivo atendeu, em parte, as atenuantes invocadas pelo patrono dos acusados, sr. dr. António de Sousa, sendo condenados: Jerónimo Estêvão, de 31 anos, trabalhador rural, em 2 anos e 2 meses de prisão maior; Manuel Henriques Estêvão, de 30 anos, jornaleiro, e Liocínio Isidro Nunes, de 29 anos, pedreiro, cada um em 2 anos e um mês de prisão maior; Domingos Catarino, de 32 anos, trabalhador, em 2 anos de prisão maior; Arménio Marques Gil, de 31 anos, alfaiate, em 23 meses de prisão; Manuel Joaquim Brás, em 22 meses de prisão, e Henrique Catarino, de 50 anos, trabalhador rural, em 16 meses de prisão, ficando a pena deste ultimo suspensa por 5 anos. Os condenados a pena maior sofrem perda de direitos políticos por 15 anos e medidas de segurança de internamento entre 6 meses a 3 anos, prorrogáveis; os que tiveram prisão correcional foram condenados na perda de direitos políticos por 5 anos, e todos no pagamento de 100$00 de imposto de justiça, cada.

Aos leitores

◆ Este numero traz uma notícia importantíssima: aplanadas as dificuldades iniciais, sabemos, pelo Compromisso Solene dos Democratas Portugueses residentes em Paris, que a Conferência da Europa Ocidental para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos de Portugal, está garantida, faltando, apenas marcar a data.

◆ Uma explicação: O vulto que tomaram as cerimonias relacionadas com a Semana da Solidariedade Continental, no Rio de Janeiro e, sobretudo, em São Paulo, fizeram com que, em vez do habitual Boletim, publicássemos como matérias correntes, de reportagem, o relato dessas cerimonias no numero anterior deste jornal.

Assim, o Boletim de Hoje é de Novembro e Dezembro.

e de valor reconhecido, sejam restituídos ao seu lar, ao seu trabalho, ao convívio dos seus amigos e do seu Povo.

Pela Presidência:

aa) António Carneiro, operário
Dr. Emídio Guerreiro, professor
Dr. António José Saraiva historiador
Castro Soromenho, escritor

MENSAGEM AOS PRESOS POLITICOS

Caros Compatriotas, Correligionários e Amigos:

Os portugueses democratas de Paris, reunidos em comemoração do 51-o Aniversário da Revolução Republicana de 5 de Outubro, resolvem dirigir-vos uma saudação de solidariedade e esperança.

Longe de vós como estamos, separados por tantas e difíceis barreiras, não vos podemos nem queremos esquecer neste momento, e nos momentos futuros de luta que em Portugal, e no exterior, prosseguirá até à vossa libertação final!

Temos acompanhado a vossa luta e sofrimentos, temos escutado e lido as vossas mensagens e apêlos a que nenhum homem ou mulher de coração podem ficar insensíveis. É com inquietação crescente que vemos dia a dia agravar-se a vossa situação, sob as provas morais e físicas, as agressões e torturas, os constantes ataques e restrições aos vossos direitos e dignidade, com que carcereiros deshumanos visam não só a dobrar-vos o corpo e o espírito, mas até tirar-vos a própria vida, roubando-vos assim ao povo de quem sois filhos dos melhores.

O afastamento do convívio nacional — há 20, 15, 10, 5 anos — de homens como os heroicos filhos da classe operária, Francisco Miguel, Manuel Rodrigues da Silva, Manuel Guedes, José Rodrigues Vitoriano e tantos outros; de intelectuais, como os advogados Dr. Humberto Lopes e Dr. Manuel Andrade; de jovens estudantes e operários como o poeta Borges Coelho, Nuno Duarte, Domingos Abrantes, Carlos Brito, Carlos Aboim Inglês; de mulheres como Maria Angela Vidal, Dra. Maria Luíza de Costa Dias, Ivone Dias Lourenço, Dra. Cândida Ventura, Aida Magro, e tantas outras — o seu afastamento da vida portuguesa, constitui não só um atentado aos princípios de mais elementar humanidade, mais ainda ao futuro da Pátria hoje ameaçada pelas mais terríveis tragédias.

Da mesma forma, vemos com preocupação a sequência ininterrupta de prisões — nos últimos mêses — de prestigiados dirigentes democráticos como os Drs. Acácio Gouveia, Mário Soares, Pieteira Santos da Costa, Abranches Ferrão, Veiga Pires, Dias Amado, Adão e Silva, Arlindo Vicente, Olivio França, Artur Santos Silva, Mário Cal Brandão, Carlos Cal Brandão, Veloso de Pinho, Araújo Correia, e outros. Consideramos que estas prisões vêm falsear de atenção os resultados das chamadas "eleições", revelando simultâneamente a justeza política e humana da reivindicação constante de uma total ANISTIA.

Porque assim pensamos. Porque cremos que a luta pela Anistia é das que une e unirá mais estreitamente, num só impulso, todos os democratas e patriotas. Porque cremos que no exterior, perante a opinião pública internacional, a luta pela Anistia é das que melhor podem congregar e mobilizar os Homens e Mulheres de Boa-Vontade num espírito de Amizade e Ajuda ao nosso Povo. E acima de tudo porque não podemos, nem queremos esquecer-nos de vós, queridos Amigos — RENOVAMOS HOJE O SOLENE COMPROMISSO DE CONTINUARMOS E REFORÇARMOS NO EXTERIOR, JUNTO DA OPINIÃO PUBLICA INTERNACIONAL, O NOSSO APOIO À CAMPANHA PELA ANISTIA AOS PRESOS E EXILADOS POLITICOS PORTUGUESES, A PROJETADA CONFERENCIA EUROPEIA PELA ANISTIA.

Saudosos Compatriotas, queridos Amigos:

Quando, no meio de labuta e canseira diárias por demais absorventes, nos detemos para evocar o país distante e o Povo ausente, sois vós em primeiro lugar que julgamos ver na nossa frente, e o rosto mártir da Pátria aparece-nos revestido dos vossos traços, das rugas e das lágrimas que vos têm marcado a face e a alma.

E o olhar dorido da Pátria espezinhada parece perguntar-nos com forte insistência: Até quando?! Até quando?!

Até quando, queridos Amigos?!

Só vos podemos prometer que tudo faremos para promover à nossa volta e sobretudo na Europa onde vivemos, um forte movimento da opinião pública internacional que insista e torne a insistir — num esforço conjugado com o movimento do interior — por uma total ANISTIA aos presos e exilados políticos portugueses de forma a vos defender a vida e a vos arrancar às grades que vos separam do lar, do trabalho, dos amigos e do Povo!

Pela Presidência:

aa) António Carneiro, operário
Dr. Emídio Guerreiro, professor
Dr. António José Saraiva historiador
Castro Soromenho, escritor

Solene compromisso dos portugueses democratas de Paris

Recebemos do "Comitê dos Portugueses Democratas" as seguintes mensagens, aprovadas durante o "Banquete do Cinco de Outubro":

Os portugueses democratas de Paris, reunidos a 8 de Outubro de 1961 em comemoração do 51.o Aniversário da instauração do regime republicano em Portugal, analisaram os meritórios esforços que em todo o mundo, e nomeadamente na América Latina e recentemente na Europa Ocidental, as organizações jurídicas, culturais, estudantis, sindicais, políticas e outras, assim como as personalidades das letras, artes, ciências, religião e política, estão desenvolvendo em prol dos presos e exilados políticos portugueses;

os democratas portugueses de Paris consideram que o interêsse crescente de amplos sectores da opinião pública internacional pela situação dura e difícil do Povo Português — que o resto do mundo tem quase ignorado durante mais de trinta anos — poderá ser o início de uma viragem histórica nas relações entre o nosso Povo e os restantes povos, desfazendo a ignorância e os mitos que interêsses poderosos procuram manter no estrangeiro acêrca da situação real no nosso País, levando à quebra do tradicional isolamento de Portugal das correntes progressivas mundiais;

mas acima de tudo o mais, os democratas portugueses de Paris hoje reunidos consideram como altamente humanitárias as ações e iniciativas que têm sido empreendidas por personalidades das mais diversas tendências no sentido de sensibilizar a opinião pública mundial à justa e simples reivindicação de uma total ANISTIA para todos aqueles que, professam, e dia a dia, anos após ano, — há 20, 15, 10, 5 anos — vêm definhar e perigar as suas vidas, pelas provocações morais e físicas, pela dolorosa separação dos entes queridos e do Povo;

como patriotas que somos, entendemos dever manifestar-vos por esta forma a nossa apreciação e reconhecimento pelos esforços que estais empreendendo em prol da ANISTIA para os presos e exilados políticos portugueses;

temos a vossa atitude e actuação por reveladoras de um profundo sentido de solidariedade humana e de amizade pelo nosso Povo, de um verdadeiro espírito internacionalista, introduzindo nas relações entre os Povos o pêso de um factor moral necessário e importante;

sois vós que estais lançando desde já, de forma aberta, humana e clarividente, as bases das futuras relações amigáveis e mútuamente vantajosas entre um Portugal livre e independente e os povos de cada um dos vossos países.

Consequentemente, os democratas portugueses de Paris, não só em seu nome mas em nome dos presos políticos portugueses e das forças vivas de Portugal hoje unidas em torno da reivindicação de uma total ANISTIA, exortam e incitam tôdas as organizações e personalidades representativas da opinião pública dos vários países a multiplicarem e alargarem as suas iniciativas, a darem-lhes consistência orgânica, particularmente na preparação da projectada Conferência da Europa Ocidental pela Anistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses;

desta forma contribuireis decisivamente para que venham a ser abertas as portas e arrancadas as grades dos cárceres políticos portugueses, e centenas de homens e mulheres honestos,

Ecos da Conferência do Chile

Uma delegação de democratas portugueses em Bruxelas

A Conferência Interparlamentar de Santiago do Chile, que em Agosto de corrente ano reuniu deputados de várias correntes políticas e de vários países da América Latina, para discutirem a ação a empreender em favor dos presos e exilados políticos de Portugal e Espanha, encontrou o caloroso aplauso das forças democráticas portuguesas e do povo de Portugal, que vêm multiplicando esforços para arrancar das prisões milhares de patriotas, detidos, ao longo dos anos, pelos agentes policiais de Salazar.

Numa mensagem dirigida à Conferência Interparlamentar Mundial, os representantes dos países americanos apelaram para que os seus colegas, em Bruxelas, fizessem eco da sua petição *"estranhàvelmente humana e justiceira, que sem dúvida interpreta o pensamento de muitos parlamentares ali reunidos e adotem uma resolução que contribua para alcançar o mais depressa possível a anistia para os presos e exilados políticos de Espanha e Portugal"*.

Com o objetivo de apoiar estas justificadas pretensões, uma delegação portuguesa, composta pelos escritores *Antonio José Saraiva* e *Castro Soromenho*, dirigiu-se a Bruxelas e fez apelo aos parlamentares de vários países, numa carta assinada por ambos, para que apoiem a campanha aos presos e exilados políticos de Portugal. O Memorando apresentado pelos dois intelectuais aos chefes das delegações sobre a situação repressiva no país e as condições angustiantes em que se encontram os presos políticos portugueses, bem como a imperiosa necessidade de ajuda que decorre de uma tal situação, permitiram aos comparticipantes da Conferência Interparlamentar Mundial ter um conhecimento pormenorizado das razões que conduzem os democratas portugueses de todas as correntes e figuras representativas da vida política e cultural de vários países a tomar parte ativa na campanha pela anistia em Portugal. A autoridade intelectual de que estão revestidos os dois escritores portugueses deu à sua humanitária tarefa uma maior projeção. Numa conferência de imprensa, realizada no dia 22 de Setembro, logo após o encerramento da reunião interparlamentar, a delegação portuguesa pode explicar aos jornalistas belgas e aos representantes das agências de informação, os objetivos da sua viagem à Bélgica e os aspectos mais característicos do terrorismo político instaurando pela governação salazarista. Eles tornaram evidentes as condições particulares em que ambos se encontram, perseguidos pelas autoridades portuguesas, um expulso do ensino e vítima dos processos policiais — o professor universitário António José Saraiva —, outro ameaçado de prisão sem poder regressar ao país, tendo de publicar no Brasil o seu romance *Terra Morta*, porque o ambiente repressivo o impossibilitou de fazê-lo sair na sua própria Pátria.

Com concisão e objetividade, os dois escritores patentearam a perseguição aos intelectuais, o ambiente de asfixia que retarda o progresso literário, artístico e científico do país, as formas de torturas empregadas pelo governo de Salazar contra os seus adversários, os longos anos de prisão a que são condenados, o caráter desumano e brutal das chamadas "medidas de segurança", as condições em que são elaborados e julgados os processos políticos, a vida e o sofrimento de milhares e milhares de patriotas que têm passado pelas prisões salazaristas e dos que na presente conjuntura suportam um terror acrescido de novos abusos e de mais graves consequências, sem assistência médica condigna, submetidos a castigos, a espancamentos, a vexames de vários tipos, por um fato único explicativo: a sua discordancia ativa do regime, a sua luta pela instauração de um governo democrático, que substitua o monopolio do partido único, estabelecido por Salazar. Baseados em fatos verídicos, gerados pelo terror e a repressão, os dois escritores lançaram um apelo à consciência pública, para que não permaneça indiferente, em face da realidade que impõe a todos o dever moral de lhe dar combate. A delegação portuguesa tornou evidente a necesisdade de uma ação imediata em favor dos presos e perseguidos políticos, em favor de uma larga anistia que ponha fim ao tenebroso silêncio dos cárceres e permita o usufruto dos mais elementares direitos humanos a todos aqueles que escolheram o caminho da Liberdade e se vêem privados dela nos presídios, na dura vida clandestina e no exílio.

Não clamareis em vão!

SALVEMOS UMA VIDA

Recebemos um patetico apelo para que, se interceda junto da Cruz Vermelha Internacional e outras organizações similares, no sentido de exigirem à Policia Politica do governo Salazar que faculte a visita à "enfermaria" do estabelecimento prisional onde se encontra em risco de vida e sem assistencia alguma, a patriota portuguesa MARIA DA PIEDADE GOMES DOS SANTOS e que um medico escolhido por essa Cruz Vermelha e perante ela responsavel superintenda o tratamento que o estado de saude dela exige.

A situação em que se encontra Maria da Piedade, não é caso unico, antes pelo contrario. E, a partir de hoje, publicamos cartas de outras patriotas portuguesas revelando os sofrimentos por que estão passando nas prisões da PIDE.

MENSAGEM DOS PRESOS POLITICOS

A situação dos presos políticos portugueses vai sendo dia a dia mais difícil na medida em que a luta do nosso povo pela sua libertação vai ganhando todo o Portugal e a luta de libertação dos povos colonializados ameaça de agonia o regime que a todos subjuga. Nós, presos políticos, estaremos na primeira fila das vítimas a aniquilar — refens já conseguidos que jamais farão, entretanto, estancar a luta por um Portugal livre e feliz.

Em Portugal, milhares e milhares de patriotas são afincadamente perseguidos; por isso, muitas vêzes obrigados a uma dolorosa vida clandestina.

Uma vez aprisionados, como tal são mantidos longos anos mercê de prisões preventivas que chegam a decuplicar o periodo legal máximo de seis mêses, de penas pesadíssimas e, sobretudo, da aplicação generalizada das chamadas "medidas de segurança", ao abrigo das quais os presos não são restituidos à liberdade enquanto não forem julgados "corrigidos" — uma prisão perpétua, eis o seu significado.

Aqui, na prisão de Caxias, estão actualmente encarcerados cerca de centena e meia de democratas (alguns contando já, no total, 20, 10, 8 anos de prisão), dentre os quais 20 são mulheres.

Hoje falam-vos 13 mulheres — mais de 36 anos de cadeia já cumpridos no conjunto.

—oOo—

Queridas irmãs:

Fui presa pela primeira vez em Dezembro de 1953 julgada ao fim de um ano e absolvida. Novamente presa em Dezembro de 1956. Fui julgada ao fim de dois anos de prisão preventiva e condenada em dois anos de prisão correcional e "medidas de segurança". Tal condenação foi-me aplicada em contradição com as conclusões expressas pelo próprio tribunal que, tendo negado a comprovação dos factos essenciais de que era acusada pela PIDE (polícia política), me condenou, agravando ainda a pena com "medidas de segurança" apesar de me encontrar tão doente que tive de ser dispensada pelo tribunal de assistir ao julgamento.

O meu estado de saúde está profundamente abalado por doença grave e sem nenhum tratamento, dado que a assistência de que necessito não pode ser ministrada na prisão e é-me negado internamento hospitalar. Em Agosto de 1960 tive de ser submetida a uma intervenção cirúrgica urgente, consequência daquela asuência de tratamento. As torturas psiquicas que então me foram infligidas pela PIDE, os violentíssimos choques que com ela fui obrigada a ter nas vésperas da operação e durante os escassos dias que estive hospitalizada, provocaram-me um estado de extremo depauperamento físico, um grave esgotamento nervoso que se mantem passados 8 mêses, encontrando-me ainda incapacitada de realizar qualquer actividade intelectual.

Neste estado precário de saúde foi-me aplicado, assim como a todos os outros presos de cadeia (alguns dos quais gravemente doentes) um castigo de dois mêses em regime de sub-alimentação, corte de visitas e de lanches.

Neste estado de saúde, desde há três mêses tenho sido sujeita arbitràriamente a longos periodos de isolamento que fortemente têm abalado a minha saúde.

Foi interposto o pedido de anulação do meu julgamento e aguardo há 5 mêsse a resolução do tribunal.

Sofre-se fisicamente mas também moralmente o sofrimento não é menor. Há mais de 20 anos que acompanho meu marido. Primeiro, um noivado forçadamente longo pela sua deportação para o Campo de Concentração do Tarrafal onde cumpriu cêrca de 7 anos de prisão sem julgamento. Depois, dos 11 anos da nossa vida conjugal metade vivêmo-la separados pelas prisões que nos atingiram.

a) Maria Luisa Costa Dias

—oOo—

Queridas Amigas:

Sou operária. Começi a trabalhar aos 14 anos. Fui bastante explorada nos miseros tostões que ganhava. Tenho 29 anos e desde os 23 que me econtro na clandestinidade.

Fui presa em Novembro de 1960 na casa onde vivia com meu marido. Passados 30 dias a PIDE resolveu submeter-me a interrogatórios, dizendo que eu entrava no dia 2 de Janeiro e não saíria dali enquanto não falasse. Estive 5 dias e 4 noites na tortura do sono. Durante êste tempo incharam-me as pernas e os pés. Fui agredida e insultada por uma mulher PIDE. Os inspectores Carvalho e Rosa Casaca também me insultaram.

Estive isolada 45 dias, dos quais 30 sem visitas, sem lanches e sem jornal.

Nesta mesma cadeia De Caxias encontra-se meu marido a quem nem sequer posso escrever. Nesta situação prisional chegam-se a paassr longos anos sem que vejamos os nossos maridos, estando apenas a uma distância de alguns metros. Tenho dois filhos de 5 anos de idade que só poderia ver por entre as redes do parlatório. Como nestas condições a sua visita me causa mais sofrimento que conforto, preferimos, meu marido e eu, não aceitar. E assim os meus filhos continuam a crescer longe dos pais, privados do seu carinho.

a) Maria Albertina Diogo

Natal do Preso Político

Numa das páginas de PORTUGAL DEMOCRÁTICO encontrarão os leitores a lista dos primeiros donativos recebidos na Redação para o Natal do Preso Político.

Contribuam tambem, leitores dêste Boletim, para o exito dessa campanha!

Premios Jabuti 1961

A Camara Brasileira do Livro conferiu dois premios Jabuti, destinados a recompensar pessoas que se distinguiram durante o ano por suas atividades no mundo do livro, a dois amigos de PORTUGAL DEMOCRÁTICO e grandes colaboradores na luta pela anistia aos presos e exilados políticos de Portugal e da Espanha. Assim, o premio Jabuti "Personalidade Literária do Ano" foi dado a Alvaro Lins. O pintor Clovis Graciano, autor do cartaz da Conferência Européia para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos de Portugal que vem sempre reproduzido nêstes Boletins, recebeu o premio para o autor das melhores capas de livros lançados no Brasil em 1961.

O Brasil contra o colonialismo luso

NOVA YORK, (UPI) — O delegado do Brasil, Antonio Houaiss, causou alguma surpresa no debate da IV Comissão da ONU, ao anunciar que sua delegação desta feita não estaria de acordo com Portugal.

A comissão em referencia, a de Fideicomisso, prosseguiu hoje no debate sobre o assunto de não cumprimento por parte de Portugal de varias resoluções das Nações Unidas. Houaiss recordou os vinculos raciais e linguisticos entre o Brasil e Portugal que, disse, haviam impedido, até agora, a delegação brasileira de intervir no debate. Porém, desde o debate verificado no ano passado, a posição do Brasil evoluiu. Acentuou Houaiss que queria falar, hoje à tarde, porque o ministro do Exterior de Portugal mencionara o apoio do Brasil à causa de Portugal. "Isto — frisou o delegado brasileiro — já não é certo".

Prosseguiu dizendo que sua delegação sentia-se orgulhosa de haver mudado de atitude para colocar-se, assim, do lado da opinião publica mundial. "Deste modo — disse — o Brasil será absolutamente consequente com sua política".

Ainda o «Asilo para Galvão e seus compaheiros»

MENSAGENS À PRESIDENCIA.

Entre outros telegramas enviados a 21 de novembro com mensagens de apoio à concessão do asilo a Galvão e seus companheiros, cuja copia recebemos com o pedido de divulgação, está o seguinte: assinado por Junqueira de Ambra e Miguel Urbano Rodrigues.

"Na qualidade de antigos companheiros de luta do sr. Henrique Galvão, a bordo do "Santa Maria", os abaixo assinados, embora desaprovem todas as atitudes politicas assumidas por aquele oposicionista português desde a sua chegada ao Brasil em fevereiro, vêm junto de V. Exa. solicitar lhe seja concedido uma vez mais asilo politico, tanto por motivos de ordem humanitaria, como para evitar que a sua expulsão se converta numa vitoria da ditadura portuguesa. Pedem muito especialmente que aos patriotas anti-salazaristas que acompanham o senhor Henrique Galvão, agindo na melhor das intenções, sejam abertas as portas do Brasil."

Também no mesmo dia, o capitão João Sarmento Pimentel telegrafou ao dr. Hermes Lima (chefe da Casa Civil da Presidencia da Republica) como segue:

"Rogo valiosa interferencia junto senhor Presidente da Republica no sentido ser concedida permanencia Brasil capitão Henrique Galvão e seus companheiros pt Agradecido quanto sua boa generosa amizade pode fazer peço aceite meus melhores cumprimento — João Sarmento Pimentel

Conferencia de Nova Delhi

A convite de um agrupamento socialista britanico assistiu à reunião de outubro de representantes de organizações nacionalistas africanas o nosso companheiro de redação dr. Manuel Sertorio Marques da Silva.

No proximo numero publicaremos um relato dessa reunião.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS — TELEGRAMA

OF SR JOAO SARMENTO PIMENTEL PRESIDENTE CENTRO REPUBLICANO PORTUGUES RUA CONSELHEIRO FURTADO 191 SPAULO SP

E 11 DE P PLANALTO 2 BRASILIA DF 340302,40,16,17.00

HABITUE-SE A INDICAR NO RECIBO DO SEU TELEGRAMA A HORA EM QUE O RECEBER. COM ESSA PROVIDÊNCIA, AUXILIARÁ O DEPARTAMENTO NA FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS TELEGRAMAS.

IMPOSSIBILITADO COMPARECIMENTO SOLENIDADES COMEMORATIVAS TRANSCURSO 51 ANIVERSARIO DA IMPLANTACAO REPUBLICA EM PORTUGAL VG VENHO AGRADECER AMAVEL CONVITE ENVIADO PT ATS SDS PT JOAO GOULART VG PRESIDENTE REPUBLICA

CT 191

Um Estranho Festival

As escondidas, sem anuncios, lá foi apresentado no Ibirapuera o festival "Portugal, cantando, chora seus mortos em Angola": Tudo em "familia", tendo as lojas e armazens dos comendadores e dos aspirantes às comendas, comprado os ingressos, depois distribuidos aos empregados. Mas a iniciativa descaradamente fascista e colonialista, provocou repulsa em todo o Brasil. Estes são alguns dos protestos:

REUNIÃO INTERSINDICAL

Durante a assembléia intersindical realizada na sede do Sindicato dos Graficos, foi aprovada a seguinte moção de protesto contra o festival salazarista no Ginasio do Ibirapuera:

"A imprensa publicou a noticia de que o "Movimento dos Portugueses de São Paulo" fará realizar no dia 11 de novembro corrente, no Ginasio do Ibirapuera, um festival intitulado "Portugal, cantando, chora seus mortos em Angola" cujo produto seria entregue à Cruz Vermelha Portuguesa para socorro às vitimas dos ultimos acontecimentos naquela provincia ultramarina portuguesa".

Trata-se, conforme já declararam, publicamente, numerosas entidades, de uma manobra inspirada pelo governo português, destinada não só a tentar confundir a opinião publica brasileira para depois tirar partido dessa confusão, dizendo que o povo do Brasil não está de acordo com a posição anti-colonialista diversas vezes manifestada; neste País e na ONU, pelo seu governo. E, além disso, quaisquer donativos ou medicamentos provenientes desse estranho festival não seriam distribuidos às familias dos milhares de angolanos exterminados pelas forças de repressão de Salazar (são numerosos os depoimentos de entidades responsaveis, que têm sido publicados na impernsa estrangeira) nem muito menos às muitas dezenas de milhares de angolanos que, fugindo do terror, estão vivendo em instalações precarias, perto da fronteira do Congo.

Não deve deixar-se envolver o governo de S. Paulo na torpe manobra arquitetada pelos portugueses adeptos do regime fascista de Salazar, e nesse sentido juntamos nossa voz à de todos aqueles que a vêm denunciando e procuram alertar a opinião publica de São Paulo e do País, para que a manobra em questão seja repudiada como merece.

DANTE PELLACANI — F.N.T.I. Gráficas
LOURIVAL PORTAL SILVA — Sindicato de Minérios e Combustiveis
GILSON DIAS DE ALMEIDA — Sindicato de Minério e Combustiveis
AVELINO TRAVIS — Sindicato de Minérios e Combustiveis
CARLOS CORREIA DE OLIVEIRA — Sindicato dos Jornalistas
GENÉSIO S. ALMEIDA — Sindicato dos Trab. Carris Urbanos
SILVESTRE BOZZO — Sindicato dos Trab. Ind. Papel e Papelão
PEDRO IOVINE — Sindicato dos Bancarios.

FACULDADE DE FILOSOFIA

O Gremio da Faculdade de Filosofia da USP distribuiu a respeito, o seguinte comunicado:

"A diretoria do Gremio da Faculdade de Filosofia da USP lamenta que se permita a realização no Ibirapuera de um fetsival promovido ùnicamente com o fim de fazer propaganda do colonialismo do governo português em Angola, contrariando não só a posição do Brasil na ONU, de apoio à liberdade dos povos da Africa, mas principalmente as convicções democraticas do povo brasileiro.

Nada mais justo que o Brasil colabore com os atingidos pela atual situação de Angola, onde armas modernas de destruição são usadas pelo exercito português para massacrar os naturais da terra, a quem se nega a condição humana, armas estas inclusive compradas com dinheiro obtido no Brasil a pretexto de "terrorismo" dos nativos. Mas que ajude principalmente aqueles que nada têm a protegê-lo, senão a propria sorte, com os 150.000 angolanos que se refugiaram no Congo, e que este auxilio seja entregue à Cruz Vermelha Internacional, que não se presta a papel de fantoche propagandista de governos ditatoriais, nem faz discriminação de côr, raça ou religião na ajuda que presta.

Lamentamos, ainda mais, como universitarios, por se tratar de uma sequencia ao espancamento de estudantes, inclusive alunos desta Faculdade, e de jornalistas e exilados portugueses do porte de Miguel Urbano Rodrigues, no mesmo ginasio do Ibirapuera, que agora se pretende pôr a serviço da ditadura salazarista, como esteve naquela ocasião a policia paulista atuando como sucursal da PIDE em terras brasileiras".

SINDICATO DOS GRAFICOS

Em assembléia muito concorrida — cerca de dois mil participantes — e, com a presença do Ministro do Trabalho, Franco Montoro (Partido Democrata Cristão) e, tambem, do vice-governador, general Porfirio da Paz, e numerosos dirigentes sindicais, entre eles o sr. José Chediak, delegado da C.N.T.I. (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Industria) a qual pertencem através dos respectivos sindicatos, cerca de cinco milhões de trabalhadores, foi apresentado e aprovado por aclamação, este documento:

PROPOSIÇÃO:

Considerando que têm visitado o nosso País diversas delegações portuguesas quér culturais quér esportivas;

Considerando os laços de amizade que prendem o povo brasileiro ao povo português;

Considerando que por força disso tem o povo brasileiro dispensado a essas delegações as maiores manifestações de simpatia;

Considerando que em Portugal à maquina de propaganda salazarista tem apresentado ao Povo Português as manifestações de apreço do povo brasileiro aos portugueses que integram aquelas delegações culturais e desportivas como prova de apoio do nosso País ao regime fascista que infelicita aquela nação;

Considerando que essa deturpação dos sentimentos fraternais do povo brasileiro implica em se apresentar ao valoroso povo da Africa, que luta pela sua independencia, estar o Brasil concordando com o governo salazarista na politica colonialista;

Considerando que os trabalhadores brasileiros em geral, e os gráficos em particular têm se manifestado em inumeras vezes contrario ao regime fascista implantado em Portugal e contra a escravização do bravo povo da Africa;

PROPOMOS:

Que esta Assembléia repudie as manobras salazaristas através do envio de mensagem ao Embaixador de Portugal, alertando sua excelência que o povo Brasileiro não admite que se deturpe seus sentimentos de amizade como apoio a um dos regimes mais repudiado pelos nossos sentimentos democratas.

Outrossim, que se informe sua excelencia, nosso irrestrito apoio a luta do povo português contra a ditadura salazarista e à luta travada na Africa, pelos seus patrióticos filhos, visando libertar seu país da colonização impósta pela ditadura de Salazar.

(a) — Dante Pellacani — pres. da F.N.T.I.G.
(a) — Dep. Rocha Mendes Filho —pres. S.T.I.G.S.P.

Tudo se vende através dos CLASSIFICADOS de O ESTADO DE S.PAULO

PARTIDO SOCIALISTA

Protestando contra a realização do festival "Portugal cantando chora os seus mortos em Angola", a secção de São Paulo do Partido Socialista Brasileiro entregou à divulgação comunicado onde, se diz:

"Em face da organização de um festival supostamente em favor das vitimas da guerra de Angola ao qual deram sua colaboração altas individualidades paulistas, o PSB de São Paulo sente-se na obrigação de denunciar à opinião pública essa iniciativa como manobra tendente a fazer crer ao mundo que o Brasil apoia o colonialismo salazarista. Cumpre lembrar que o produto desse espetaculo se destina ao prosseguimento da politica de genocidio desencadeada pelo governo português em Angola. O PSB lamenta e condena a presença das individualidades em questão nessa iniciativa, pois ela pode ser interpretada como significando cumplicidade com Salazar. Simultaneamente o Partido Socialista Brasileiro hipoteca mais uma vez sua solidariedade ao movimento de libertação desencadeado pelos patriotas angolanos. — São Paulo, 9 de novembro de 1961.
a) João Zicardi Navajas.

UNIÃO BRASILEIRA DE ESCRITORES

A proposito dos incidentes ocorridos há algumas semanas no Ginasio do Ibirapuera durante manifestação anti-salazarista, a União Brasileira de Escritores divulgou. o seguinte comunicado:

"Numa de suas ultimas reuniões, resolveu a União Brasileira de Escritores tornar publico o seu repudio à ação de policiais do DOPS, que espancaram estudantes brasileiros e portugueses anti-salazaristas numa praça de esportes desta Capital.

Como noticiaram os jornais, estudantes desta Capital e portugueses exilados pela ditadura de sua patria distribuiram pacificamente, no Ibirapuera, onde se realizava uma partida de hoquei em que tomava parte uma seleção da colonia lusa de Angola, manifestos de critica à politica colonialista do professor Salazar. quando foram, sem precedencia de mais leve admoestação, rudemente espancados por policiais do DOPS.

A agremiação de escritores paulistas, sempre coerente com os seus princípios de defesa da livre manifestação do pensamento e das liberdades democraticas, resolveu, pela sua Diretoria, fazer constar de suas atas o mais energico protesto contra essa agressão praticada pela nossa policia politica, cujos mentores, reeditando as façanhas dos infelizes tempos da ditadura no Brasil, parecem desconhecer a posição decididamente anticolonialista do nosso governo.

A U.B.E. dá maior ênfase ao seu protesto em virtude de haverem sido vítimas de violencia estudantes e intelectuais, entre os quais o escritor e jornalista Miguel Urbano Rodrigues, o que prova que a ação que a policia quis impedir não partiu de arruaceiros desqualificados, como se quis fazer crer através de boatos lançados por representantes da PIDE em nosso País".

CENTRO UNIVERSITARIO DE ESTUDOS SOCIAIS

A fim de protestar contra a realização, nesta Capital, de um festival promovido pelo Consulado de Potrugal esteve na Redação do jornal "O Estado de S. Paulo", um grupo de alunos do Centro Universitario de Pesquisas e Estudos Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciencias e Letras da Universidade de São Paulo. Informaram os estudantes que aquele centro, bem como outros gremios academicos desta Capital, deverão divulgar manifesto acerca da questão.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Em Curitiba, no plenario da Assembléia Legislativa, o deputado Amaury Oliveira e Silva pronunciou um violentissimo discurso de protesto contra a descarada manobra fascista e colonialista, que foi a realização do espetaculo "Portugal cantando, chora seus mortos em Angola".

UNIVERSITARIOS DE CURITIBA

O Centro Academico "Hugo Simas", da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, enviou ao governador Carvalho Pinto o seguinte telegrama: — "O Centro Academico "Hugo Simas", da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, estranha a atitude de v. exa. face ao festival do movimento português em São Paulo, visando apoiar a campanha da ditadura salazarista, política contraria ao pensamento do povo brasileiro de autodeterminação dos povos. a) Antonio Lopes Noronha — presidente".

O orgão representativo dos estudantes enviou ainda a esta folha telegrama de congratulações pelo editorial "Um estranho festival" e pelas campanhas favoraveis a autodeterminação de Angola e contra a politica colonialista de Salazar.

UNIVERSIDADE CATOLICA DE SÃO PAULO

Também os alunos da Faculdade de Filosofia São Bento emitiram o seguinte manifesto:

"O Centro Academico Filosofia de São Bento, orgão oficial representativo dos alunos da Faculdade de Filosofia, Ciencia se Letras de São Bento da P.U.C.S.P., considerando:

A — O principio democratico e cristão ao qual nos vinculamos;

B — O principio de autodeterminação dos povos, no qual está baseada a politica externa do nosso País;

C — A necessidade de coerencia em todas tomadas de posições;

Vem a publico;

1 — hipotecar sua solidariedade ao Movimento de Libertação de Angola;

2 — nos colocar ao lado do delegado do Brasil no debate da IV Comissão da ONU no qual frizou que a posição do Brasil já não é de apoio à causa de Portugal;

3 — propugnar para que as personalidades paulistas que colaboram com a realização do Festival "Portugal cantando chora os seus mortos em Angola", que meditem na incoerencia de suas posições como brasileiros e que a verba deste festival seja entregue à Cruz Vermelha Internacional e não ao governo português, para que esta seja distribuida aos necessitados sem quaisquer discriminações".

Jantar 5 de Outubro

O Presidente do Tribunal de Justiça de S. Paulo mandou-nos este telegrama:

"Impossibilitado comparecer comemorações transcurso 51.o aniversario republica Portugal agradeço gentileza convite, congratulando-me Centro Republicano passagem tão grata efemere — Desembargador Joaquim de Sylos Cintra, Presidente Tribunal Justiça, de S. Paulo."

Os soldadinhos de chumbo do ditador de Comba Dão

Tribuna Livre

FARPAS

A DISPUTA DA SUCESSÃO

E depois de Salazar? — pergunta Manuel Espirito Santo a Luís Supico, pergunta Manuel Queiroz Pereira a Correia de Barros, pergunta o Vilhena dos Diamantes ao Lagos dos Algodões, pergunta o Beleza dos Santos da Sacor ao Maurício Vieira de Brito, das Africas, dos prédios da Av. Rodrigo da Cunha e do Benfica. E a resposta vem hesitante, mastigada: «Depois de Salazar?... Depois do génio de Santa Comba...»

O Ditador foi ensaiando sucessores como quem exprimenta cavalos: exibiram-se no picadeiro de São Bento em experiências de trote e sela, o prudente Marcelo Caetano, o tacanho João Lumbrales, o cosmopolita Teotónio Pereira, andou por lá o grosseiro Santos Costa e lá anda o fino José Gonçalo Correia de Oliveira. Tudo rapaziada de formação tradicionalista, gente de boas famílias e de princípios. Mas Oliveira Salazar desconfiou, embirrou, mandou tirar informações pelo Casaco e pelo Barbieri, mandou o José Manuel Salgado fazer inquéritos secretos e o Nazaré analisar as urinas e outras secreções. Os sucessores não soeviam,

Agora está em experiências o Adriano Moreira. Mas diz-se que também é para queimar.

UMA PERSEGUIÇÃO

Na última reorganização da Comissão Executiva da «União Nacional», o Contra-Almirante Henrique Tenreiro perdeu a sua posição nesse alto organismo do partido fascista. Deste modo, Henrique Tenreiro que tinha 44 empregos ou funções diferentes, ficou reduzido a 43 lugares. Terá caído em desgraça? Será o início duma perseguição?

REGRA SEM EXCEPÇÃO

Do lugar de Ministro do Ultramar ou de Governador «provincia ultramarina», transita-se automàticamente para a administração dos bancos e grandes companhias com interesses coloniais. O Almirante Lopes Alves que do governo de Angola saltara para o Banco de Angola, ao ser despedido do Ministério do Ultramar saltou para a Companhia dos Diamantes. É preciso manter as boas regras da administração salazariana.

UM VALENTE

Na Fazenda Tentativa, propriedade da Companhia de Açúcar de Angola, o capitão Rui de Mendonça, matou por electrocução ou a tiro cerca 500 trabalhadores angolanos. Um dia os angolanos podem pensar num «processo, Eichmam». Terão então que «convidar» o capitão Rui de Mendonça a comparecer num julgamento como «criminoso» guerra». Lembrar-se-ão os senhores Sousa Lara e Paulo Cunha, proprietários da Fazenda Tentativa, de o irem defender?

O QUE OS HOMENS DE ANGOLA PENSAM

"Não podemos viver permanentemente num «clima» de guerra. Temos de aceitar algumas reformas profundas em todo o nosso sistema de administração e nas relações com os povos mais atrasados. Não devemos fechar os olhos as realidades do mundo, não podemos ignorar fenómenos de ordem social se quizermos sobreviver e criar uma comunidade multiracial»

Do jornal «O LOBITO», de 12 de Maio de 1961

UM GENERAL PARA TODO O SERVIÇO

O General Cabrita, na depuração Salazarista dos Altos Comandos das Forças Armadas, tinha visto o seu sugestivo e apropriado nome designado para Governador — militar de Lisboa. Era homem de Adriano Moreira, o que explicava a nomeação.

Foi porém substituído, nas vésperas da Assembleia Geral da Sonefe, pelo General Tassara Machado. Donde se conclui que o brilhante militar prefere a Sonefe de dia, e o restaurante — boite «Choupana» de noite, aos deveres de um cargo que o podia obrigar a assumir responsabilidades. O General Cabrita hoje, como em Santa Margarida, ou antes da sua gloriosa nomeação para a Sonefe, é o que se chama, [redacted], um general disponível.

A DEPURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

Os serviços policiais estabeleceram uma lista de oficiais suspeitos de atitude anti-salazarista e anti-costista. O Ministro de Defesa (Salazar) de acordo com os policias Brigadeiro Mário Silva (antigo comandante do Corpo de Polícia do Estado da India, antigo colaborador dos serviços informativos de Santos Costa) e Tenente-coronel Jaime da Fonseca (antigo comandante da Polícia do Porto de Lisboa), estão seleccionando esses oficiais para serem mobilizados e enviados para o Ultramar. É esta actividade policial que explica a escolha de oficiais de carreira policial para os lugares de Ministro e de Sub-Secretário do Exército.

Tanto mais "bravos" quanto mais servis, — que diferença entre os chefes militares de outrora, defensores da Patria, e os de hoje, soldadinhos de chumbo do sinistro decano dos ditadores. — Reproduzimos, em "fac-simile", estas "Farpas" publicadas no terceiro numero de TRIBUNA LIVRE, orgão das JUNTAS DE AÇÃO PATRIOTICA, impresso e distribuido clandestinamente em territorio português. Assim fazemos, certos de que sua divulgação contribui para o esclarecimento da opinião pública do Brasil e dos outros países onde circula PORTUGAL DEMOCRATICO cujos objetivos são, precisamente, o desmascaramento do regime fascista de Salazar e a denuncia dos crimes que ele pratica contra o povo português e os povos coloniais na ansia de perpetuar, pela força um dominio que hoje já conta trinta e cinco anos de duração.

Natal do Preso Político

Mais um Natal se aproxima, e mais uma vez, nessa data tradicionalmente festiva, os homens e as mulheres que sacrificaram a liberdade pessoal em defesa da Liberdade de um Povo, sentem com maior intensidade na própria carne a fome de pão e o silencio de pedra das celas onde estão encarcerados.

É preciso que eles saibam que não estão sós, que nos lembramos deles a todos os instantes e que essa solidariedade e que essa lembrança sejam ainda mais intensas em ocasiões festivas como aquelas que se aproximam.

Eles precisam do nosso auxilio, moral e material, e é urgente que êle lhes seja dado. Auxilio que deve ir até ao limite das possibilidades de cada um dos democratas portugueses residentes no Brasil e nos outros países estrangeiros, e que mercê dessa circunstancia lutam em liberdade, contra o mesmo regime que êsses presos políticos, hoje, embora encarcerados, ainda combatem pelo exemplo de dignidade de que dão provas a cada instante dizendo NÃO a todas as promessas dos carcereiros de lhes abrirem as portas da cadeia em troca de uma denuncia, e até mesmo de uma simples confissão de arrependimento.

Que eles e seus familiares tenham, nêste fim de ano, um pouco mais de pão, uma roupa que agasalhe um pouco mais seus corpos debilitados pela doença e as privações. E para isso abrimos hoje esta lista que já conta com as seguintes subscrições:

"Portugal Democrático	3.000,00
Antonio Marinheiro Jr.	3.000,00
Joaquim Ferreira	1.000,00
Mario Ferreira	1.000,00
Manuel Ferreira Moura	1.000,00
Fernando S. Ramos	500,00
Eng.o Carlos Cruz	1.000,00
Azevedense	2.000,00
Paulo Takano	500,00
Augusto Aragão	1.000,00
Com. João Sarmento Pimentel	2.000,00
Alexandre Antunes Pereira	1.000,00
Eng. Ricca Gonçalves	2.000,00
Lênine Alexandre	1.000,00
Mario Bôdas	500,00
Eng. Tito de Moraes	1.000,00
Antonio Joaquim Ferreira	1.000,00
Carlos Maria de Araujo	2.000,00
Miguel Rodrigues	1.000,00
Ex-pensionista do Aljube	10.600,00
Emilio Pereira	200,00
A transportar	36.300,00

A carta de um soldado dos Açores

Um soldado açoriano, combatente em Angola, escreveu à mãe uma carta dizendo maravilhas da guerra: grandes vitórias dos brancos, grandes derrotas dos negros, nunca morriam soldados, morriam sempre negros, a alimentação era muito boa (até não podia comer tudo o que o Exército dava), etc., e pedia, no fim, que a mãe descolasse os selos da carta para lhe devolver, porque ele estava fazendo coleção. A mãe leu a carta, deu graças a Deus, e depois descolou os selos. Ficou petrificada com estes dizeres, em letra miúda. "Tudo o que eu disse é mentira, estou no hospital com as pernas cortadas".

A PIDE apressou-se a dizer que isto era um simples boato e ameaçou quem o divulgasse.

Proibida a Homenagem à Memória do General Norton Matos

Do gabinete do ministro do Interior recebemos a seguinte nota:

Publicaram os jornais a notícia, emanada dos serviços da candidatura oposicionista do Porto, de uma projetada manifestação junto do túmulo do general Norton de Matos, em dia de Todos os Santos, e, bem assim, de que os candidatos pelo círculo do Porto partiriam às 14 horas, da sede daqueles serviços, em direção ao cemitério de Ponte de Lima.

Tratando-se de manifestação de intuitos meramente políticos, entendeu — e muito bem — a Câmara Municipal de Ponte do Lima que ela iria, sem a menor dúvida, perturbar e profanar o ambiente de paz e de religiosidade que sempre, mas principalmente nestes dias, lhe cumpre assegurar, por elementar respeito para com a memória dos mortos e os sentimentos piedosos dos vivos.

Tornando pública tal resolução, o Ministério do Interior pretende, essencialmente, garantir à população de Ponte de Lima que não será, de qualquer modo, desvirtuado o espírito da romagem que, nos dias 1 e 2 de Novembro, alí, como nas demais terras do País, é de tradição realizar-se.

MENSAGEM DE SÃO PAULO

A morte de Camara Reis

BRASIL, Outubro de 1961

Exmo. Senhor Professor Dr. Mário de Azevedo Gomes

LISBOA

Os signatários, democratas residentes em São Paulo apresentam, por intermedio de V. Exa., a todos os democratas portugueses o seu sincero pesar pelo falecimento do Dr. Luis da Camara Reis.

Ele foi, durante dezenas de anos, juntamente com V. Exa., Raul Proença, Jaime Cortesão, António Sérgio e muitos dos nossos patrícios colaboradores da "SEARA NOVA", intemerato defensor da Liberdade e da República, pugnando pelas mais justas aspirações da nossa Grei, elevação do seu nivel economico e cultural e social, conseguindo manter acesa e vigorosa, em tempos de tenebroso reacionarismo, a lampada da Democracia.

Não tiveram, Camara Reis, e seus ilustres companheiros já falecidos, a ventura de assistir à restauração da Liberdade em Portugal, mas quando, dentro em breve, acabar essa monstruosa, estupida e cruel ditadura, a memória dos corajosos lutadores da falange seareira será invocada com a gratidão e o respeito que, por muitos e inestimáveis serviços, a causa do povo lhes deve.

Digne-se V. Exa. aceitar as homenagens da nossa estima e alta consideração.

aa) Pedroso Lima
Francisco Sarmento Pimentel
Carlos Maria de Araujo
Jorge de Sena
A. Ricca Gonçalves
João Sarmento Pimentel
João Manuel Tito de Morais
Manuel Alfredo Tito de Morais
Augusto Aragão
Fernando Correia da Silva
Fernando Lemos
Carlos Cruz
Joaquim Duarte Baptista
António Bidarra da Fonseca
Manuel Moura
Lenine de Jesus Alexandre
Alexandre Pereira
Alexandre Leal Dias
José M. Silva Bodas
Helder Costa
João Cesário
Victor Ramos
Jaime Augusto Gonçalves
Manuel Myre Dôres
Fernando Ramos

Endereços de Assinantes

PORTUGAL DEMOCRATICO

Rua Conselheiro Furtado, 191
São Paulo, Brasil

DIRETOR RESPONSAVEL
Otávio Martins de Moura

CONSELHO DE REDAÇÃO

Adolfo Casais Monteiro, Carlos Maria de Araújo, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, Jorge de Sena, Manuel Sertório, Paulo de Castro, Vitor Ramos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antonio Bidarra Fonseca, Carlos Neves, Francisco Lopes; Manuel Ferreira Moura.

REPRESENTANTES

RIO DE JANEIRO — SUCURSAL: — Av Rio Branco, 185 — — Gr. 509 — Edif. Marquês de Herval — Telefone: 22.9224 — ROMAX IMP. EXP. LTDA.

FORTALEZA: Dr. Carlos d'Algo — Rua Senador Pompeu, 832 — Fortaleza — Ceará

ESTADO DO RIO — Manuel da Costa (Maneca) — Rua da Varzea, 195 — C. P. 114 — Caxias

BELO HORIZONTE: Virgolino Pereira Vilhena — Rua Rio de Janeiro, 390 — sala 304 — Caixa Postal 24 — Belo Horizonte — (Minas Gerais)

PELOTAS. Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro 312 — Pelotas Rio Grande do Sul

PORTO ALEGRE: Fernando Temudo de Almeida Soares — Edif. Chaves, 12.°, s/1201 — Caixa Postal 2.559 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul

SALVADOR: Américo Carvalho — Av. Sete, nº 1 — Edifício Sulacap, 215 — Salvador (Bahia).

INGLATERRA: Grupo de Portuguêses Democratas da Inglaterra (GPDI) 4. Sherwood Gardens, Barking, Essex.

CANADÁ: Comitê dos Portuguêses Democratas do Canadá — 47 Barrymore Road — Scarborough — Ontário — Canadá

FRANÇA: Tomás Ferreira Rato, 29 Rue St. André des Arts — Paris, 6.me.

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguêsa — Apartado 8287 — Caracas

ARGENTINA — Joaquim dos Santos — Calle de Los Llanos, 1790 — DOCK SUR — Avellaneda — Buenos Aires

URUGUAI — Agrupação de Portuguêses Democratas — Colónia 1.013 — P. 7 — Montevideu

CHECOSLOVÁQUIA: Manuel Nunes — Konevova, 160 — Ziskov — Praha —

UNIÃO SUL-AFRICANA: J. Sarmento — P. O. Box 3314 — Johannesburg.

REDAÇÃO

Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Caixa Postal 4.469 — Tel.: 37-0933 — São Paulo

EXPEDIENTE

Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
Numero avulso: Cr$ 10,00

Assinatura anual: Cr$ 300,00
Assinatura especial: Cr$ 500,00
Ass. p/ o Exterior: U.S. 5,00

Ano V - Nº 55 - Dezembro de 1961

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.